



O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Educação, que atende ao Requerimento nº 495, de 2018, de minha autoria, para debater os desafios e as perspectivas sobre a promoção da igualdade racial na educação.

Convido para compor a Mesa os nossos convidados, inicialmente a Sra. Cristina Almeida, Deputada Estadual do Amapá (*palmas*); o Sr. José Antônio Rufino, Secretário de Promoção da Igualdade Racial de Paulista, Pernambuco (*palmas*), nosso conterrâneo; o Sr. Victor Nunes Gonçalves, Subsecretário de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal (*palmas*); a Sra. Valneide Nascimento dos Santos, Presidente Nacional do Instituto Afro-Origem (*palmas*); a Sra. Ângela Guimarães acho que não veio; e a Sra. Maura Cristina da Silva, representante do Fórum Nacional de Mulheres Negras do Brasil (*palmas*).

Antes de passar a palavra aos convidados, informo que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito a todos que fizerem uso da palavra que falem ao microfone.

Para melhor ordenamento dos nossos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: cada expositor terá o prazo de 15 minutos para a sua exposição, não podendo ser apartado. O debate será aberto ao final da última palestra, e as perguntas deverão se restringir ao assunto da exposição.

Informo aos Srs. Parlamentares que a lista de inscrição para os debates se encontra na nossa mesa de apoio. Solicito aos Deputados interessados em interpelar os palestrantes que se inscrevam previamente. Informo também que a audiência é interativa e há uma sala de bate-papo no *site* da Comissão, onde internautas também poderão enviar as suas perguntas.

Faço o registro da presença de alguns Parlamentares, como o Deputado Bacelar, o Deputado Damião, a Deputada Professora Marcivania, o Deputado Átila Lira e o Deputado Pedro Uczai.

Está representando aqui a Associação Agroextrativista dos Produtores Minerais do Município de Pedra Branca do Amapari, no Amapá, a Sra. Rita Lopes. Está presente a Sra. Marinês da Silva Lopes, da União das Mulheres Negras; Evelyn Sâmia Reis dos Santos, da Universidade de Brasília, e Thalia de Oliveira, também da Universidade de Brasília.



Agradeço de imediato a presença de todos os palestrantes e convidados.

Vou dar início às nossas atividades, concedendo a palavra à Sra. Cristina Almeida, Deputada Estadual do Amapá.

A SRA. CRISTINA ALMEIDA - Senhoras e senhores, bom dia!

Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Federal que tanto nos orgulha Danilo Cabral, do PSB de Pernambuco, que foi reeleito.

Quero dizer da importância de V.Exa. estar à frente desta Comissão, que é a mais importante do Brasil, porque é através da educação que nós formamos o comportamento da nossa sociedade e a tornamos, de acordo com a qualidade da educação, igual em direitos.

Hoje nós estamos participando deste momento em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. Mesmo que nós já tenhamos um reconhecimento nacional pelo Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, criado por uma lei em 2011, no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, até hoje poucos Estados do Brasil têm o feriado, como o Amapá, Estado do qual faço parte. É importante termos Parlamentares nos representando, e é um orgulho para mim, como Parlamentar, ser a autora da lei municipal que cria o feriado no Município de Macapá. Outros Estados que eu quero parabenizar são Alagoas, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Então, observem que poucos Estados reconhecem a importância desse feriado, que nada mais é que parar para debater, fazer uma reflexão sobre a importância da cultura e do povo africano que veio para o Brasil.

Quero interromper a fala para anunciar a chegada da Deputada Federal Janete Capiberibe, do Amapá. Também temos aqui a Deputada Professora Marcivania, do Amapá. Deixamos nossos agradecimentos.

Trago essa reflexão não só para lembrar de Zumbi dos Palmares, mas também para registrar a importância de Dandara nesse processo. Ela foi a esposa de Zumbi e teve todo um legado, cuidava dos três filhos, foi uma heroína, lutava junto, mas não tem o mesmo reconhecimento.

Deputado, quando nós estamos aqui para debater os desafios e a perspectiva de promoção da igualdade racial na educação, eu me remeto a pedir o fim da violência contra a mulher. Este tema precisa ser debatido de forma contínua dentro da Comissão



de Educação. Nós queremos o fim da violência contra a mulher! E 59,4% das mulheres negras sofrem esse tipo de violência.

Dos 173 países que existem no mundo, 46 ainda não têm nenhuma lei sobre violência doméstica. Mas nós, no Brasil, conforme diz a Organização das Nações Unidas, temos a terceira melhor lei do mundo, a Lei Maria da Penha, que trata da violência doméstica.

E por que trazer esse tema da violência, tão importante? Porque é um tema que ainda é naturalizado pelas instituições públicas, pelos parlamentos brasileiros. A violência doméstica está em segundo ou terceiro lugar do *ranking* nacional de todas as delegacias, mas não se vê nem três anúncios por dia tratarem de uma violência tão presente na nossa sociedade.

Nós queremos o fim da violência doméstica, mas queremos fazer um pedido à Comissão de Educação. Temos a terceira melhor lei do mundo: a primeira é a lei espanhola, a segunda é a lei chilena e a terceira é a lei brasileira. Por que a lei espanhola conseguiu chegar a esse patamar? Exatamente porque a lei espanhola, que é tão nova quanto a Lei Maria da Penha — a lei brasileira é de 2006, e a lei espanhola, de 2004 —, estabelece um mecanismo de formação humana através de um sistema de ensino integrado, ou seja, com inserção de matéria desde o ensino fundamental até o ensino médio.

Nós precisamos trazer essa questão de gênero para a educação, algo em que, por sinal, neste Congresso Nacional não conseguimos avançar. É preciso voltar a debater esta problemática que atinge as mulheres, mas muito mais as mulheres negras. E neste momento queremos reforçar esse pedido, em nome da carta que saiu, há 3 anos, da Marcha das Mulheres Negras.

Queremos o fim da violência obstétrica, porque, de acordo com o Ministério da Saúde e a Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, nós, mulheres negras, somos as maiores vítimas de mortalidade materna: somos 62,8%. E, se alguma mulher negra que está aqui já teve a oportunidade de ir a uma maternidade, sabe que o médico, entre escolher uma mulher branca e uma negra, escolhe a mulher branca para fazer o atendimento. Isso é muito dolorido. Isso é muito sério.

Nós queremos o fim do feminicídio, porque nos últimos dados do Mapa da Violência no Brasil, as mulheres negras são 68,8% das mulheres mortas por agressão. Queremos o



direito de viver. Queremos o direito de conseguir na nossa sociedade três palavrinhas apenas: queremos justiça, queremos direito e queremos oportunidades. Isso nos cabe! E este momento que estamos vivendo é de reflexão.

Sabemos que somos 55,6 milhões de mulheres neste País. E 41,1% das famílias negras recebem, em média, 58,2% da renda das mulheres brancas, de acordo com os dados extraídos em 2015. Então, esta é uma realidade vivenciada.

Vamos trazer o debate para cá nesta data importante para reconhecermos que há um diferencial de tratamento dessas mulheres e dizemos que, através da educação, nós vamos melhorar, mudar esta realidade. Não existe outro mecanismo. As pessoas não nascem racistas; elas são ensinadas a ser racistas. E nós só podemos reconstruir este momento que vivemos de dor. Gente, o racismo deixa marcas, deixa cicatrizes! E muitas delas não se consegue curar. É por isso que, quando você olha, às vezes, para uma pessoa negra, ela é um pouco tímida, ela olha para baixo, ela não tem aquele empoderamento. Isso é tudo fruto desse tratamento, dessa relação humana que a nossa sociedade naturaliza muito.

Acha-se que tudo isso é normal, e não é normal. Nós podemos, sim, mudar essa realidade com as leis, mas de uma forma muito reduzida. É o caso, por exemplo, da questão da reserva de vagas em concurso público. Quando vemos a discussão da reserva de vagas para entrar numa universidade, ela ainda é polêmica. E o que eles fazem? Eles poderiam defender isso de qualquer forma, mas pegam um afrodescendente e dizem: *"É ele quem vai falar, é ele quem vai dizer que é contra"*. E isso com o intuito de ir para o afrontamento. É assim: *"Olha, aqui há um negro que está dizendo que é contra a reserva de vagas"*.

Na educação, nós temos a política afirmativa, da qual sou a favor, que são aquelas políticas temporárias de reparação. Temos a política de cotas, que é uma política que tem um olhar diferenciado para as cotas do afrodescendente e trata qualquer outro tipo de cota igualmente. Não são todos, mas há Parlamentares que, quando passa um processo de reserva para outro tipo de pessoas inferiores, seja para a questão da deficiência, que é importante, seja para a questão do idoso, seja para a questão da criança e do adolescente, só viram as páginas e assinam embaixo. Quando se trata de um processo de reserva para afrodescendente, contudo, contratam até advogado, já têm o pensamento



formado de que são contra: *"Eu sou contra isso aqui. Só preciso de algo jurídico para fazer a defesa"*. É assim que funciona.

Nós estamos aqui para fazer esse pedido, para mudarmos esta realidade; a realidade do Brasil, Deputada Janete; a realidade do nosso Estado. Quero, inclusive, agradecer a V.Exa. pela deferência que fez ontem ao meu nome, nesse encontro de mulheres negras. Sabemos que contamos com V.Exa. sempre — sempre!

Queremos fazer um agradecimento pela oportunidade de estar aqui hoje e nos colocamos à disposição para as perguntas.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Agradeço à Deputada Cristina Almeida.

Passo a palavra agora a José Antônio Rufino, Secretário de Promoção da Igualdade Racial de Paulista, Pernambuco.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO RUFINO - Bom dia, senhoras e senhores.

É com muito orgulho que estou aqui participando desta Mesa.

Gostaria de parabenizar o Deputado Danilo Cabral, porque, pela primeira vez, vejo uma Mesa enegrecida. Isso me causa espanto, porque estou muito acostumado com a naturalidade de uma Mesa, quando se vai debater igualdade racial, em que os brancos falam pelos pretos. Então, eu gostaria de pedir uma salva de palmas para o Deputado Danilo Cabral, porque S.Exa. está de parabéns pela Mesa enegrecida. *(Palmas.)*

Realmente, eu me sinto representado e vejo que V.Exa. teve a sensibilidade de tratar da política de igualdade racial. É assim que se faz. Se é preto, o preto tem que falar; não é o branco que vai falar por nós, porque não vai identificar as especificidades pelas quais passamos por sermos retintos.

Vou começar minha provocação agora. Primeiro, fiquei muito feliz por ser convidado. Sou de Pernambuco e vou tratar da Lei nº 10.639, de 2003, que nasceu no Estado de Pernambuco.

O presente diálogo tem por objetivo propor as práticas educativas culturais presentes na formação da identidade étnico-racial de estudantes negros a partir das práticas formativas na educação de jovens e adultos. Por que escolhi jovens e adultos? Porque esse é um novo segmento que aparece dentro do processo de educação para o qual as pessoas ainda não haviam se atentado, depois de ter saído o Projeto Travessia.



Eu me encantei muito com essa nova vertente que há dentro do Estado na parte de educação, em que se busca refletir, rediscutir e replanejar ações voltadas para diretrizes étnico-raciais e práticas pedagógicas de reparação, reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira no contexto educativo, social e político.

Oferecemos nesta apresentação as discussões sobre as políticas públicas de ações afirmativas, como uma forma de resgate da dignidade humana dos jovens e adultos negros, contribuindo com as práticas inovadoras pedagógicas da educação étnico-racial a partir da Lei Federal 10.639. Nesse sentido, recorreremos para uma metodologia a partir da pedagogia de autonomia de Paulo Freire, ancorando nos aportes teóricos de 1993. Portanto, nesse recorte bibliográfico, indagamos: qual o sentido da formação de jovens e adultos para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação, no sentido amplo?

Sendo assim, considerando o crescimento social e humano como medidas sólidas que conduzem toda a nossa Nação pelo caminho da cidadania em sua totalidade, sem distinção de raça, cor, gênero ou condição social, a Lei 10.639 foi pensada como um fruto das diversas políticas de reparação, reconhecimento e valorização da população afro-brasileira. Ela vem sendo implantada em resposta aos anseios sociais do povo negro, principalmente devido à participação dos movimentos organizados. Em face de tudo isso, coloca-se para a sociedade brasileira mais um problema histórico, de importância notória, que é a discriminação racial e a valorização de questões étnico-raciais.

Como podemos fazer algumas reflexões e pensar possibilidades de mudanças a partir do pensamento de Paulo Freire? Buscamos aqui propor uma concepção de educação freiriana, estabelecendo objetividade e praticidade com a Lei 10.639, já que ela traz na sua essência a necessidade de valorização do autor na sua complexidade. Nessa perspectiva, Freire nos diz que a prática preconceituosa de raça, de classe e de gênero ofende a subjetividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Nesse ponto, o autor evidencia a necessidade de se discutirem temas que suscitem preconceitos e discriminação racial, ancorando em algumas investigações, interpretações, posições pessoais de forma contextualizadas e, também, sendo uma proposta inserida no universo social e político. Portanto, faz-se necessário estabelecer um diálogo entre professor e aluno que propicie uma prática docente num dinamismo dialético, diante da



desinformação e das mazelas históricas e sociais em que se deu a organização da sociedade brasileira.

A concepção freiriana de educação e sociedade deixa claro que não existe uma educação neutra, descomprometida, uma vez que a sociedade está organizada em classes sociais e está marcada pela exploração, que apresenta em seu bojo o opressor e o oprimido. Freire concebe a educação como elemento para a formação do indivíduo como cidadão. E é necessário que os professores, gestores e alunos compreendam a real importância dessa lei, para que, conhecendo a história e a cultura dos negros, possa haver uma sociedade menos preconceituosa e uma real valorização do povo africano. E que os ensinamentos de Freire, na sua incessante caminhada por uma educação emancipatória, possam servir de bálsamo para acurar nossas mazelas sociais e nos fortalecer e nossas crenças em um mundo mais justo e com equidade.

Considerando as questões étnico-raciais e a ideia de inferioridade do povo negro, é conhecida por todos como nefasta a catalização dos currículos em atenção à proposta da lei. É imperiosa e urgente desse modo o estudo da lei através de ações pedagógicas, que vão, por certo, construir conhecimentos voltados para a dignidade social, minimizando discriminações raciais de forma ética e possibilitando o respeito às diversidades, além de propor a autonomia do aluno negro e trabalhador, para que ele tenha ascensão e seja protagonista de sua própria memória coletiva, com suas contribuições significativas para a formação cultural do povo brasileiro.

Creemos que é urgente para os professores e gestores superar os velhos paradigmas, pois a identidade é construída, num plano simbólico, nos currículos escolares. Assim é necessário pensar o que entendemos por educação cidadã. Sabemos que a sociedade brasileira é complexa quanto a sua estrutura sociocultural, econômica e política, que tem como base a representação de uma sociedade baseada num processo de valorização do modelo cultural colonizador, em que a democracia racial tem sido motivo de orgulho.

Entretanto esse mito tem sido usado para esconder o preconceito racial e a estigmatização da cultura negra em detrimento da cultura branca, o que por certo vai dificultar a prática da cultura de origem africana e vai determinar a exclusão de uns em favor da valorização de outros. E é nesse contexto que está inserida a escola brasileira,



que vem difundindo na sociedade o discurso do colonizador, e nele está a discriminação da cor e a negação da cultura e dos rituais africanos.

Atualmente, devido à necessidade de se respeitarem as diversidades como forma de respeito à liberdade do outro, garantida na Constituição de 1988 e mais recentemente na Lei nº 10.639, de 2003, acompanhada da Lei nº 12.288, de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, que trata das desigualdades raciais como questão nacional específica e relevante, importante para a Nação do ponto de vista social e econômico, diante da negação da cultura africana nas escolas e com base nos direitos garantidos por lei, o povo negro vem, por meio dos movimentos sociais, reivindicar o reconhecimento e o respeito pelo seu passado histórico. Inevitavelmente, todo esse bojo, a má informação e, com ela, a segregação racial e a invisibilidade ao negro imposta vão refletir negativamente na escola e na sociedade.

Por fim, eu listei seis propostas emergenciais para soluções minimizadoras: elaborar um plano formativo através dos fóruns temáticos da juventude negra a ser desenvolvido a partir da Lei 10.639; fomentar o projeto político dos jovens e adultos negros, funcionando como portal de acesso, ou seja, um espaço que visa fornecer ao jovem um mapa que aponte e estabeleça relações entre as diversas políticas; reestruturar os grêmios estudantis, para que eles possam protagonizar o trabalho de monitoramento dos impactos das práticas e das denúncias; implantar o Ateliê Escola da Juventude Negra e Não-Negra das Multilinguagens, uma cultura do habitat da comunidade do entorno para a questão da ressocialização dos jovens; realizar encontro municipal, estadual e nacional da juventude negra e não-negra junto aos movimentos sociais que trabalham a temática de negritude com novas formas de expressão política; e, por fim, criar o Parlamento da Juventude Negra, por uma igualdade racial, na perspectiva do movimento negro e do direito à política, com uma horizontalidade decisória no parâmetro sócio-histórico-cultural dessa terra de quilombo.

Muito obrigado e bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Agradeço as palavras de José Antônio.

Antes de passar a palavra a Victor Nunes, Subsecretário de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal, gostaria de registrar a presença da Deputada Janete Capiberibe, que já havia sido citada; da Deputada Alice Portugal, Vice-Presidente



desta Comissão de Educação; da Deputada Rejane Dias; do nosso companheiro de partido o Deputado Federal Bebeto, da Bahia — é um prazer estar com V.Exas.

Quero agradecer a presença de todos os Parlamentares, também do Deputado Pedro, e celebrar essa participação, Deputado Bacelar, de todos aqui, graças a uma manifestação que nós fizemos ontem no plenário da Câmara dos Deputados. No mesmo instante, a Deputada Alice Portugal nos acompanhou na questão de ordem que levantamos. A Comissão Especial que está discutindo um projeto a que temos profundas críticas, que é o projeto da escola sem partido, havia agendado, para este mesmo momento, uma reunião de deliberação, enquanto estaríamos aqui em uma reunião ordinária da Comissão de Educação. E ontem, também na condição de Presidente da Comissão de Educação, com apoio de toda a Comissão, da Deputada Alice Portugal e de outros Parlamentares, nós fizemos uma questão de ordem baseada no art. 46 do Regimento Interno desta Casa, que não permite que as Comissões permanentes funcionem nos mesmos horários das Comissões Especiais. Isso garantiu a presença desses Parlamentares que estão aqui, Deputado Damião Feliciano, porque, certamente, a nossa preocupação era até que se inviabilizasse o debate tão importante que estamos fazendo em torno da igualdade racial. Essa questão de ordem foi levantada ainda ontem à noite, ao final da sessão. E, hoje pela manhã, o Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, num entendimento com os membros da Comissão, transferiu o debate sobre o Escola Sem Partido para a parte da tarde, permitindo que os Parlamentares que aqui se encontram possam também participar, à tarde, do debate sobre o Escola Sem Partido. Essa é uma questão muito importante, que fez com que nós pudéssemos conciliar as duas atividades.

Dito isso, eu passo a palavra agora a Victor Nunes Gonçalves, Subsecretário de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal.

O SR. VICTOR NUNES GONÇALVES - Bom dia a todas e a todos.

Quero saudar o Deputado Danilo Cabral pela iniciativa de trazer esse debate para a Câmara dos Deputados, debate muito importante, neste mês da consciência negra. Enfim, saúdo a luta de Zumbi dos Palmares, de Dandara e de nossos ancestrais negros, que construíram este País com sangue e suor. Hoje, se temos uma democracia, isso é graças à luta do povo preto, que sempre esteve aí para nos construir, nos fortalecer. Saúdo também a luta das mulheres negras, que são as verdadeiras guerreiras deste País.



Hoje as mulheres negras são as pessoas mais vulneráveis da nossa Nação, as que têm as maiores dificuldades. Ontem mesmo, Deputado, nós lançávamos aqui no DF a pesquisa do emprego e desemprego, que aponta que a mulher negra atualmente recebe, em média, 66% a menos do que o homem branco. Então, é importante que façamos uma reflexão. Como bem disse a Deputada Cristina Almeida, é importante nós fazermos uma luta de valorização da mulher negra e de enfrentamento à violência que a mulher negra sofre.

Em relação ao tema, acho que o Rufino trouxe pontos que são fundamentais, como o olhar sobre a juventude, a participação da juventude na formulação e na atuação da política, principalmente na educação. Nós temos, no processo histórico brasileiro, uma série de enfrentamentos da população negra, construídos muito pelo movimento social, pela luta dos movimentos sociais. Historicamente, desde que fomos sequestrados da África, o movimento social negro se organiza e busca acesso a direitos, a direitos básicos, e nós entendemos que a educação é um dos principais direitos. A transformação social e o projeto de sociedade em que nós acreditamos serão feitos através da educação e através da formação da consciência das pessoas. Nesse sentido, precisamos, efetivamente, começar a implementar uma política que chegue às escolas, Deputado; que consigamos não apenas estabelecer marcos regulatórios. Criar a lei, por si só, não vai efetivamente transformar o que temos hoje nas escolas. Precisamos, sim, fortalecer o trabalho dos professores, trazer incentivos aos profissionais que estão lá na ponta, garantir que os gestores que estão nas Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios tenham recursos para a implementação dessa lei. É necessário que implementemos não só a Lei 10.639, mas que também façamos a alteração do art. 26-A da LDB, que inclui também a história e a cultura afro-ameríndia. Os indígenas também precisam ter um olhar por parte da nossa Nação, por parte dos nossos gestores e por parte da nossa sociedade.

É importante que essa transversalidade da política se dê com efetividade, não apenas com estratégias de governo, mas também estratégias de Estado.

Não podemos mais, hoje, viver de política carismática. Infelizmente, percebemos que ainda dependemos muito da simpatia de um gestor, ou de um governante, ou de um prefeito, ou de um parlamentar. A população negra não quer favor. Nós queremos direitos! Nós queremos ter reconhecidos os nossos direitos, ter garantidos os direitos de



acesso aos espaços públicos, às políticas públicas, e queremos, sim, que o Estado brasileiro, reconhecendo o nosso trabalho e reconhecendo que explorou, sim, a nossa mão de obra, que explorou, sim, as nossas vidas, faça uma reparação efetiva para a nossa transformação. Queremos um projeto de sociedade em que haja equidade nas relações.

Se 56% da população se autodeclara negra, queremos a garantia de que, neste Parlamento, tenhamos 56% de Deputados. Se mais de 50% da população brasileira são mulheres, nós queremos, sim, que haja mais de 50% de mulheres neste Parlamento, neste Congresso. É fundamental que a população faça essa reflexão e atue nesse sentido. Precisamos efetivar isso!

Entendo, Deputada Janete, que é através da educação que faremos a transformação, construindo a sociedade que nós defendemos, uma sociedade que busque a garantia dos direitos, a defesa dos direitos, e a equidade nessas relações.

Aqui no Distrito Federal nós criamos uma série de políticas, Deputada Cristina. Criamos o Projeto Papo Reto, em que havia um diálogo direto da juventude com a juventude, levando uma linguagem mais acessível ao jovem, para entender a perspectiva da história da população negra, a história dos países africanos, a diáspora, o sequestro dos africanos para o Brasil, como foi o nosso processo de escravização. Mas é difícil lidar com medidas de certa forma paliativas adotadas pelo Governo, que não conseguem se enraizar dentro do Estado.

É preciso que os marcos legais sejam consolidados com um olhar de transversalidade, com um olhar do gestor da Secretaria de Educação para o professor, garantindo estrutura, recurso e incentivos como premiações. O que vemos hoje são iniciativas pontuais, mas precisamos que haja uma valorização dessas iniciativas e não apenas o reconhecimento por parte da comunidade. Hoje o que percebemos é que muitos profissionais de educação que tentam implementar políticas de valorização da história e da cultura afro-brasileira são reconhecidos apenas naquele território, e o Estado em si não os valoriza.

Um ponto fundamental que nós percebemos, Deputado, é que, quando estávamos na formulação do Plano de Promoção de Igualdade Racial, na Universidade de Brasília, nós enfrentamos uma dificuldade muito grande para garantir que a formação dos futuros profissionais, dos estudantes que estavam na licenciatura, tivesse um olhar sobre a



questão étnico-racial. Sabemos que as universidades têm autonomia na institucionalização, na formação dos estudantes, enfim, nos cursos que são ofertados aos estudantes de licenciatura, mas é fundamental que levemos este debate a todas as reitorias, para que os futuros profissionais de educação tenham uma formação que acumule essa temática.

Nem sempre as escolas de formação ou capacitação de profissionais de educação conseguem atingir o objetivo de formar os profissionais que estão na ponta. Então é fundamental que, na formação dos futuros profissionais, já seja incluída uma temática que olhe e faça o diálogo sobre a história do povo negro e a história do povo indígena neste País.

Por fim, vou mencionar um projeto de lei de autoria do Senador João Capiberibe que tramita nesta Casa, o Projeto de Lei nº 8.350, de 2017, que trata da destinação de recursos do Fundo Partidário para a promoção da participação política de afrodescendentes. Esse projeto já está em pauta para votação. Nós entendemos que são estratégias como essa que vão garantir que a população negra comece a entrar nos espaços de poder. Precisamos de estratégias que nos garantam recursos — financeiros mesmo — para que possamos, a partir daí, começar a entrar nos espaços de onde hoje estamos alijados. O resultado da última eleição, com o número de negros e de mulheres que foram eleitos, aponta isso.

Nós precisamos ter mais cuidado e um olhar mais sensível para o que estamos construindo para o nosso País, ou vamos regredir anos e anos. Preocupa-me ainda que a política de igualdade racial sofra uma regressão significativa. Hoje existe a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR, existe ainda a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão — SECADI, que, com uma série de dificuldades, ainda consegue implementar algumas iniciativas, mas precisamos ficar atentos, porque corremos um sério risco, Deputado, de regredirmos e perdermos esses espaços de luta e de consolidação de políticas para a população negra.

Para finalizar, aproveito para conceder um aparte à Deputada Cristina Almeida, que gostaria de mandar um recado.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. CRISTINA ALMEIDA - Muito obrigada. Serei bem rápida.



Eu acabei me esquecendo de fazer o registro de que, no dia 25 de novembro, comemora-se o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, uma data importante, cujo *slogan* é: *A violência contra a mulher não é imaginária. Denuncie! Ligue 180.*

Quero registrar a presença das nossas militantes do Amapá, a Marinês, de Laranjal do Jari, e a Ritinha, do Município de Pedra Branca do Amapari. Muito bem-vindas, companheiras!

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Eu agradeço as palavras do Victor e da Deputada Cristina.

Passo a palavra agora a Valneide Nascimento, Presidente Nacional do Instituto Afro-Origem.

A SRA. VALNEIDE NASCIMENTO DOS SANTOS - Bom dia a todos e a todas!

É um prazer imenso estar nesta Comissão que discute educação, a qual eu acho uma das mais importantes desta Casa.

A educação do povo negro hoje está na nossa agenda permanente. E o nosso amigo e Parlamentar Danilo Cabral — graças a Deus reeleito — sempre se preocupou com essa pauta tanto fora como dentro desta Casa. Para discutirmos inclusão e oportunidades precisamos mexer na estrutura da educação.

Deputado Danilo Cabral, muito obrigada por nos enxergar pelo viés da educação, pela oportunidade que nós estamos tendo de fazer este debate.

Eu gostaria de registrar a presença de Odmar Péricles, que é do Espírito Santo e vai participar do debate conosco mais tarde, e do Tenente Madruga, do Rio Grande do Sul, que é da área de direitos humanos e discute a questão da juventude negra na segurança. Agradeço aos companheiros da Mesa, que receberam o nosso convite para estar aqui, e a todos os demais presentes, em especial aos Parlamentares.

Para nós é importante vocês, Parlamentares, estarem aqui. O nosso Deputado Danilo não conseguiria fazer nada sozinho sem vocês estarem junto com ele, e, junto com ele, aprovarem os encaminhamentos que fazemos. Então, Parlamentares, continuem nos ouvindo, continuem vindo nos assistir, continuem dando apoio para nós. Precisamos disso, porque o racismo, o preconceito é muito grande, e os Parlamentares muitas vezes são poucos.



Como o Victor acabou de falar, nessa última eleição conseguimos eleger negros e negras para apenas 4% das vagas disponíveis no País. Foram eleitos 39 Deputados Estaduais negros. É coisa raríssima nós negros e negras conseguirmos nos reeleger como conseguiu essa que vocês veem aqui na frente, a Deputada Cristina Almeida. Ela, que se reelegera como Deputada Estadual do Amapá pela terceira vez, é uma voz ativa, viva, falando com os negros, negras e indígenas daquele Estado e também, muitas vezes, com as mulheres negras do restante do País. Então, para nós é uma grande honra estar aqui hoje. *(Palmas.)*

Continuo a minha fala citando Nelson Mandela, meu grande inspirador, cuja obra acompanho muito. Ele fala o seguinte:

Ninguém nasce odiando outra pessoa por causa da cor de sua pele, por sua origem ou por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. Se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta.

Então, para qual reflexão eu quero chamar vocês? Historicamente a nossa condição enquanto povo negro está ligada ao racismo e à miséria. São raros os casos de negros e negras que superam a pobreza e recebem notoriedade social. A miséria causada pelo racismo e pela inércia quanto à criação de uma política de Estado após a abolição geraram um contingente excluído ou marginalizado, conhecido por ter a mesma cor de pele e o mesmo tipo de cabelo e de lábios, nós negros e negras. Por isso, é preciso se armar de conhecimento.

No Brasil, nós pretos e pardos somos 54% da população, percentual que não se vê refletido nos espaços de poder. Continuamos sendo sempre a minoria, seja na educação, seja no serviço público, seja nos altos cargos no mercado de trabalho. Então, políticas têm que ser desenvolvidas, inclusive políticas universalistas, promovendo uma efetiva distribuição de renda e direitos sociais básicos para a população, o que acaba impactando também a população negra.

Trabalhar exclusivamente com política universalista leva a um déficit em relação ao aspecto social. Trabalhar apenas com políticas focais leva a um déficit em relação ao grupo da massa da população negra que não for diretamente beneficiado por política focal muito específica. Além dessas políticas de inclusão, é preciso também desenvolver



políticas de reconhecimento que demandam o envolvimento mais amplo da sociedade, e específico da sociedade.

É muito difícil para nós, negros e negras, vir falar aqui sozinhos. Mas já avançamos bastante! Muitos Parlamentares corajosamente nos dão grande ajuda ao criar esta Comissão de Educação, que traz uma temática tão importante e tão delicada para alguns, mas que é necessária para nós negros e negras que vivemos dia a dia na pele o que é ser negro no Brasil. A Constituição garante os nossos direitos, mas a população, o povo, a sociedade ainda não consegue nos ver nem nos concede os nossos direitos.

Acreditamos que juntos, com os Parlamentares e aqueles que estão nos ouvindo, iremos transformar este Brasil e que teremos um mundo mais igual para todos. Que nós possamos dizer: somos todos brasileiros.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Agradeço à Valneide as palavras.

Passo a palavra à última palestrante, Maura Cristina da Silva, representante do Fórum Nacional de Mulheres Negras do Brasil.

Informo que estamos com a lista de inscrições aberta. Já se inscrevam os Deputados Damião Feliciano, Bacelar, Pedro Uczai, Bebeto e as Deputadas Alice Portugal e Janete Capiberibe.

Com a palavra a Sra. Maura Cristina.

A SRA. MAURA CRISTINA DA SILVA - Bom dia a todas e a todos. O meu nome é Maura Cristina da Silva. Eu sempre me apresento com o meu nome e sobrenome porque o racismo se encarrega de nos dar nome.

Saúdo esta Mesa em nome da Valneide porque ela é uma mulher preta e determinada a mudar isso. Muito obrigada, Valneide. *(Palmas.)*

Quero saudar as meninas jovens que estão aqui. Apesar de serem poucas, acredito que a nossa revolução virá de vocês. Eu preciso de vocês.

Desculpem-me, estou muito gripada, mas não poderia deixar de estar aqui hoje. Eu atuo em Salvador há mais de 30 anos na luta de movimentos com a questão racial. O que me move na vida é a luta pela questão racial. Nós não vamos a lugar nenhum se não vencermos o racismo que estrutura este País. Não adianta! Ou lutamos ou nós vamos ficar nessa situação para sempre. É uma decisão. São negros, não negros, indígenas, brancos, todos juntos, porque isso afeta a todos nós. Eu falo de um lugar onde o



movimento social atua, como a Cristina. Se essa mulher é eleita pela terceira vez é porque o nosso povo está lá. É lá que nós vamos encontrá-los, e é lá que eles pedem na sua maioria o que lhes é de direito. Não é pedir; são 300 anos de trabalho forçado. Não há nada a pedir aqui. É nosso. É direito, e esse direito é negado.

Hoje eu estou com a missão de pontuar os desafios e a perspectiva sobre a promoção de igualdade racial na educação. Esse desafio está sendo ameaçado. Trata-se da Lei nº 10.639, que é a luta do Movimento Negro. Os meus ancestrais fizeram essa luta para que nós pudéssemos estar aqui, mas nós temos dificuldade para cumprir. Ela é totalmente negada? Não.

Sou muito orgulhosa de fazer parte da assessoria do Vereador Sílvio Humberto, de Salvador, que atua em prol da educação, porque não há outro caminho. Um povo que não conhece a sua história jamais poderá falar da sua história.

Nós temos o Instituto Steve Biko, que nasceu há 26 anos em Salvador, com 500 alunos em mestrados e doutorados, jovens negros. Meu filho faz parte disso. Lá existe uma disciplina chamada CCN — Cidadania e Consciência Negra para que os meninos aprendam o que é o racismo, como eles devem enfrentar algo que é dito, porque todo o mundo igual, é humano, quando o racismo é desumano.

Nós precisamos, como diz a juventude, ter um papo reto. O racismo é estrutural no Brasil e, se ele é estrutural, temos que tratar disso como tal, porque o atraso não é só para o povo negro, ele diz respeito a todos nós.

Mas vamos falar das boas novas para depois falar das coisas ruins. Eu trago algumas formas de nós vencermos esse racismo. Uma delas é o projeto que nós temos em Salvador do Instituto Steve Biko, que atua colocando jovens todos os anos na universidade.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que foi a Relatora do parecer da Lei nº 10.639, de 2003, indicada pelo Movimento Negro, ressaltou que a lei visa educar todos os brasileiros e brasileiras para que conheçam, respeitem e valorizem uma das raízes fundadoras de sua cultura e nacionalidade, a africana.

O que precisa ser mudado não é a imagem dos negros e das negras, mas a imagem negativa que a sociedade fomenta como se fosse própria dela, uma imagem promovida por muitos brasileiros que pretendem manter privilégios e direitos para si próprios e seus grupos originários.



É algo que alguém aqui não conheça? De quem é o privilégio neste País? Onde o menino negro vai ter orgulho de estudar sobre escravidão? Onde? Não há orgulho nisso. Quando nós vamos entender que somente Zumbi é o herói que nós temos? Nós temos muitos outros heróis, mas eles não são citados.

Foi muito difícil conseguir ter o dia 20 de novembro para marcar essa data como a luta de um grande guerreiro que nos representa. Imagine se esses meninos começassem a ter contato com outros heróis que a nossa história traz!? Não podemos nos esquecer da Revolução dos Búzios. Quatro jovens tiveram seu corpo esquartejado na Praça da Piedade, em Salvador, em luta por igualdade, respeito e fraternidade, mas eles não são citados.

Então, o que vai acontecer na escola pública? Evasão. Não há nada que me atraia a estar dentro de sala de aula, correto? Nós precisamos rever isso de verdade, e a Lei nº 10.639 fala desse lugar.

Somos negros e negras que lutam incansavelmente pelo nosso direito. Não vamos pedir. Eu não tenho nada a pedir. Pelo contrário, a minha ancestralidade trabalhou 300 anos sem direito à terra, sem direito a semente para recomeçar sua vida.

Já passou a hora de esta sociedade respeitar o povo negro. Já passou, o.k.? É importante que façamos o Sankofa, porque a impressão que se dá é a de que nós não fizemos nada. Sankofa caminha com os pés para a frente e com a cabeça para trás, porque toda a minha ancestralidade lutou nessa terra e lutou muito.

Eu trago algo para a gente refletir sobre o que é positivo em Salvador. Nós temos esse desafio, continuamos avançando, a marcha de Martin Luther King tem que ser lembrada como exemplo. A marcha não dá nenhum passo atrás. É direito. Eu duvido que essa juventude vá andar para algum lugar que não seja para frente. Acredito em vocês.

A lei é dirigida ao ensino fundamental e ao médio para que os nossos jovens se transformem mesmo. É importante a transformação, e essa transformação se dá a partir da arte e da educação. É outra escola. Temos que pensar no modelo de outra escola que seja inclusiva à juventude negra. Caso contrário, ela vai se evadir.

Essa é uma proposta, não é mera coincidência. Trata-se de algumas coisas que já estão predeterminadas.



Nós temos que ter muito cuidado com o que oferecemos para os nossos jovens para terem um futuro melhor, e esse futuro melhor não é para mim, não é para a Valneide, é para todos nós, é para haver uma sociedade mais justa.

Estou concluindo. Sobre o trabalho da juventude eu quero trazer alguns itens. Em Salvador existe um grupo que faz um documentário chamado *Travessias*. Trata-se de um filme feito por jovens negros da universidade que conta a realidade do que eles vivem, como foi entrar na universidade e dela sair. Temos o André, o nosso médico. E eles continuam avançando. Além desse documentário, temos a experiência de arte e educação do CRIA — acho importante vocês também verem —, o Centro de Referência de Infância e Adolescência, que trabalha a arte e a educação de jovens e adolescentes, e a presença do *Hip Hop* e da poesia dentro da arte. Eles são fundamentais para os nossos meninos.

Nós temos experiências em sua maioria comprometidas. Nós temos que ter profissionais e professores negros, porque não se pode falar de uma dor que você não sente. Você não pode falar de algo que não te diz nada. Você não é culpado disso. Então, é necessário investir. Avançamos, mas é importante fazer críticas.

Aí eu falo onde peca a Lei nº 10.639. Existe grande resistência de alguns profissionais em trabalhar a lei. Sabem por quê? Porque passa pela intolerância religiosa, porque a nossa educação tem um fio muito grande com a questão religiosa. Se eu estivesse hoje de torço, obrigatoriamente eu teria que ser Mãe de Santo, se eu me vestir de branco, obrigatoriamente eu tenho que ser Mãe de Santo.

Portanto, é importante quebrar essas paranoias todas, entender e respeitar. Não é tolerar. Ninguém tem que tolerar minha religião, tem que respeitá-la. É diferente.

E aí é preciso investir em valorização do profissional, em informação. A evasão, como eu já disse para vocês, é um dos maiores fatores. São importantes recursos financeiros, sobre os quais o Victor falou muito bem. Também é necessário material didático voltado para a valorização. Nós temos livros que foram recolhidos, gente! Essas crianças não se veem nos livros. Então, se nós não tivermos esse cuidado com o material didático, nada vai adiantar. Nós vamos fazer de conta que estamos fazendo luta. A lei está sendo aplicada? Está. Mas de que forma? Qual é a eficácia?

Por fim, eu não posso deixar de salientar o movimento As Crespas. Vejam essas meninas, todas de cabelo para cima, os *dreads*. Isso foi revolucionário para nós. E aí,



quando se vê a estética preta, pensa-se que só é estética. Existe um grupo em Salvador que vai às escolas arrumar o cabelo das meninas. Elas vão ao banheiro lavar e secar os cabelos para eles darem um jeito, porque elas não querem mais alisá-los. Elas querem se encontrar na sua estética, sentirem-se belas.

Eu encerro por aqui.

Agradeço imensamente a oportunidade e peço a todos, por favor, que façam reflexões e ações. Nós já sabemos o que acontece, já sabemos o que é racismo. Agora é importante que todos marchem, como Martin Luther King marchou, com várias pessoas não negras e negras para mudar a história deste País.

Muito obrigada. Bom dia. (*Palmas.*)

O SR. BACELAR (PODE - BA) - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Com a palavra o Deputado Bacelar.

O SR. BACELAR (PODE - BA) - Eu estou sendo informado — não sei se isso já chegou ao conhecimento de V.Exa. — de que estão tentando abrir a sessão do famigerado projeto Escola sem Partido. Então, solicito a V.Exa. que entre em contato com o Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Era esse o informe que eu iria dar agora.

Vou entrar em contato com o Deputado Rodrigo Maia, porque ainda ontem à noite nós falamos com ele depois da questão de ordem que fizemos no plenário. Fizemos contato com a Secretaria-Geral da Mesa, que tinha dado a ele inclusive a concordância no mérito em relação à questão de ordem que havíamos apresentado.

Hoje eu estive às 8h30min da manhã na Secretaria-Geral da Mesa mais uma vez, antes de vir para cá, e obtive a informação de que a reunião não iria ocorrer no turno da manhã.

Estranha-me agora, no momento em que estamos aqui participando desta atividade, com este debate tão rico, tomar conhecimento de que estão tentando instalar a Comissão neste horário.

Eu gostaria de pedir à Deputada Alice Portugal, Vice-Presidente desta Comissão, para assumir os trabalhos neste momento.



Peço desculpas. É um debate muito importante que está sendo instalado na sala da frente. Acabamos de receber um informe sobre o procedimento de rotina da Casa agora. A segurança está informando que vai fechar essa porta, porque o controle de acesso tem sido feito em torno desse debate sobre Escola sem Partido, e o nosso acesso será por aqui por trás, já que a sala de instalação está sendo justamente a do outro lado.

Peço à Deputada Alice Portugal que assuma a Presidência da Mesa enquanto farei um contato com o Presidente da Casa Rodrigo Maia, para saber qual procedimento vamos adotar em relação a esse assunto.

O que havia sido pactuado era que ela não deveria funcionar enquanto estivesse funcionando ordinariamente a reunião da Comissão Permanente de Educação. Isso está regimentalmente protegido pelo art. 46, que disciplina que Comissão Especial não pode funcionar no mesmo horário das reuniões das Comissões Permanentes, exceto se for da Comissão Parlamentar de Inquérito, que não é absolutamente o que está havendo, e quando for fora de Brasília. É a única exceção prevista no Regimento.

Deputada Alice, eu peço a V.Exa. que assuma os trabalhos da reunião. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Bom dia a todas e a todos.

Esta é uma sessão histórica e emblemática da Comissão de Educação, porque recebemos diversas lideranças na luta antirracista no Brasil, representantes e gestores das políticas públicas de caráter antirracista e, acima de tudo, de promoção da igualdade racial no Brasil.

Para mim, que sou do Estado mais negro desta Federação, é uma honra enorme assumir este lugar. Quero parabenizar o Deputado Danilo por ter de fato aberto esta oportunidade. Hoje é dia 21. O dia comemorativo foi ontem, mas todos os dias são dias para a luta em prol da promoção da igualdade racial.

Nós nos emocionávamos ali com as falas que conseguimos ouvir nesta manhã cheia de atividades na Câmara dos Deputados e ficamos muito felizes em ter aqui uma presença representativa de Deputados comprometidos com a causa negra e Deputados emblemáticos na luta e na vitória do povo negro no Brasil.

Antes de passar a palavra para os Deputados, eu gostaria de dizer que na noite de ontem eu trouxe o racismo em números para o plenário desta Casa, porque é sempre bom lembrar para que objetivemos essa nossa circunstância de luta permanente. Isso está consignado nos Anais da Casa.



Relembro que cresceram 54% os assassinatos de mulheres negras no Brasil. A cada momento no Brasil verificamos que, se o desemprego é alto em toda a população brasileira — chegamos à beira dos 14% —, nós estamos hoje estimando que a população negra assumirá o primeiro lugar na condição de desempregada e desalentada. Infelizmente a mulher negra assume o subsolo da pirâmide social brasileira, sendo o maior número de desempregadas do Brasil.

Em 2015 brancos ganhavam o dobro do recebido por trabalhadores negros no Brasil: 1.589 reais contra 898 reais mensais em média. Estima-se que negros e brancos só terão uma renda equivalente no País em 2089, daqui a 71 anos, se o ritmo atual for mantido. De cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. Em 10 anos, como disse, houve 54% de aumento nos homicídios de mulheres negras. Homens jovens negros de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no Brasil.

Sem dúvida alguma, essa estatística deve calar fundo neste Parlamento, especialmente quando se avizinha um período de grande questionamento sobre o que se ocasionou chamar de luta identitária, como se no Brasil nós não tivéssemos esta amálgama, uma amálgama racial, mas acima de tudo uma verificação concreta de que o povo negro ficou apartado do processo de desenvolvimento humano, social e político em nosso País.

Nós apenas estávamos começando as cotas, que foram debatidas aqui aos estertores. Elas se transformaram em uma política pública de relevância internacional. E os resultados dos alunos cotistas foram um tapa com luva de pelica na face daqueles que viravam o rosto à população negra. Os alunos cotistas ficaram em todas as estatísticas com índices iguais ou superiores aos meninos ingressos apenas no sistema do vestibular. *(Palmas.)*

Isso leva a nos colocarmos na posição de alerta máxima para que as cotas não sejam desconstituídas nos próximos anos no Brasil.

Por outro lado, quanto ao ensino da História da África nas escolas, como muito bem a Profa. Maura Cristina aqui levantou, nós não podemos abrir mão.

Como levantava a Deputada Professora Marcivania, ninguém discute a história do índio, ninguém estuda a história do negro, não obstante seja lei no Brasil. Avançamos muito, é bem verdade, mas a história infelizmente não caminha em linha reta, e o mar da história é agitado, e foi o que sentimos nesse último período.



Portanto, esta sessão não apenas discute a circunstância do negro e a comemoração do dia 20 de novembro, comemorado como sendo a data da morte de Zumbi, mas não há dúvida de que também nos prepara e nos instrui para o processo que virá. E nós precisaremos estar juntos.

Quero trazer aqui a mensagem e saudação que recebi agora da Ângela Guimarães, Presidenta da UNEGRO, que, por problema de compatibilização de trechos de viagem, não está aqui. A passagem dela, infelizmente, foi marcada com a volta, agora, às 12h30min, e não houve possibilidade de troca pela Comissão de Educação.

Então, ficou muito apertado, perdemos mais uma contribuição, mas ela esteve presente, como o Instituto Afro Origem, como a Deputada Estadual do Amapá, que muito nos honra com sua presença, da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Amapá, o Victor, que é Secretário de Política de Igualdade Racial do Distrito Federal, e o Prof. Antônio Rufino, que traz a sua experiência e o seu saber, é um pernambucano, também para esta Comissão.

Eu gostaria muito de dizer que tomaremos estas notas de vocês como instrução para o processo de resistência que virá.

Portanto, não havendo mais falas dos nossos convidados, vou passar a palavra para os Deputados inscritos e presentes nesta Comissão.

Primeiro, concedo a palavra ao Deputado paraibano Damião Feliciano, médico, negro, atuante, um exemplo da evolução do povo negro em nosso País.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT - PB) - Obrigado, Presidente. É uma alegria e um orgulho ver V.Exa. presidindo os trabalhos desta Comissão.

Quero saudar todos os palestrantes que nos honraram com suas brilhantes falas.

Eu ouvi atentamente a todos e, naturalmente, como Deputado desta Casa, tenho o dever de debater sobre este assunto tão importante. Nós não queremos fazer aqui uma queda de braço entre os brancos e os pretos brasileiros, e, sim, fazer a união e a redução das desigualdades sociais neste País.

Quero dizer que ontem fizemos a abertura da exposição do Dia da Consciência Negra, que contou com a presença do Presidente da Casa, Rodrigo Maia, a quem parablenizo, porque, por incrível que pareça, foi a primeira vez que aconteceu uma exposição afrodescendente aqui no corredor principal da Câmara dos Deputados (*palmas*). Eu vinha lutando por isso há um bom tempo — já estava incrédulo —, e agora



fico feliz de termos conseguido esse feito. Por sinal, esta foi a primeira vez. A exposição está belíssima! Há temas históricos importantes, temas extremamente atuais, que mostram as nossas demandas. Aliás, se alguém quiser colocar ali as necessidades atuais, há um quadro reservado para isso.

A Deputada Cristina falou muito da violência contra a mulher, do direito de viver, da Justiça e do direito à oportunidade. Às vezes, questiono-me, Deputada, essa é a pergunta que eu queria fazer a V.Exa.: o que nós representantes desta Casa podemos fazer realmente para diminuir a violência contra a mulher, principalmente contra a mulher negra, que sofre com a questão do racismo e também com a questão econômica, que também pesa muito. Certa vez, ouvi o ex-Presidente Lula dizer que gostaria que neste País as mulheres não dependessem do salário dos homens para que pudessem ter sua independência. Acredito que esse viés é importante.

Por isso, queria saber de V.Exa. objetivamente como nós podemos diminuir a violência contra a mulher neste País, a começar pelo seu Estado.

Segundo o José Antônio Rufino, deve haver a inclusão do ensino das ideologias, principalmente da nossa negritude. Na sua opinião, Rufino, como poderia ser diminuída a desigualdade racial e qual seria a contribuição desse ensino em relação aos negros colocados nas escolas? Como professor e intelectual, em relação ao fosso existente entre brancos e negros, há uma metodologia capaz de, pelo menos, atenuar isso? Esse estudo simplesmente para mostrar o negro na senzala, com aquelas correntes, com aquela história, acaba nos afastando um pouco daquilo que realmente deveríamos concluir. Essa é a pergunta que eu faço a você como intelectual.

Victor Gonçalves, você disse que nós não podemos perder o espaço conquistado aqui através da implementação da educação. A quem devemos recorrer, Subsecretário, para não perdermos esse espaço e avançarmos nessas políticas de manutenção de espaço na educação dos negros? A quem você recorrerá para que pudéssemos manter isso? Essa era a pergunta eu queria lhe fazer.

Valneide Nascimento, eu a parabeno pela sua atuação. Você fala do racismo e da miséria, e isso me toca, principalmente aqui nesta Casa. Fico chocado quando vejo 64 mil pessoas morrendo no País, na sua maioria jovens e negros. Participei, com a Deputada Benedita da Silva, de uma Comissão Externa. Nós fomos ao Rio de Janeiro no dia em que aquele ator da *Globo* foi preso. Nós fomos até a OAB, visitamos a Secretaria de



Segurança Pública no Rio de Janeiro. Depois fizemos aqui discussões, mas as coisas acabaram indo devagar.

Você fala em união — *"Nós precisamos dialogar mais"*. Com quem nós devemos dialogar, Valneide? Será que entre nós esse diálogo não está faltando? Vejo a sua luta, mas nunca dialoguei com você. Sou do Parlamento, estou aqui há muito, e sinto falta desse diálogo inclusive com a própria bancada da negritude. Aqui no Congresso Nacional, nós não somos tão unidos como parecemos. Eu inclusive faço mea-culpa em relação a isso. Já tentei várias vezes esse diálogo, mas ele acabou sendo inviabilizado pela nossa própria indisposição. Acho a nossa categoria muito desunida. Principalmente os negros eu acho extremamente desunidos.

Queria fazer um desafio à Profa. Maura Cristina da Silva. A senhora é da Bahia, onde 74% da população é negra. Acho que o canal para fazermos um debate importante é a política. A política seria o fórum adequado para todos os avanços da sociedade. Aqui neste Congresso nós avançamos na questão da mulher, do negro, dos trabalhadores de forma geral. Só houve um Prefeito negro na Bahia. Por quê? Eu lanço o desafio: como a senhora conseguiria eleger um Prefeito negro em Salvador?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Acabamos de eleger, além de Sílvio Humberto Vereador, Olívia Santana Deputada Estadual. Primeira Deputada Estadual negra na história da Bahia.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Não, tivemos Zezé, é claro, mas... *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

Aí, depois vemos isso.

E é exatamente o Deputado Bacelar o próximo inscrito.

Nós aqui havíamos estabelecido pronunciamentos de 5 minutos, mas estamos no limbo na Comissão da Escola sem Partido. Eles estão lá com três Deputados ainda. Se pudermos estabelecer 3 minutos, acho que falará mais gente. Mas vai depender de cada Parlamentar. Fiquem à vontade.

Tem a palavra o Deputado Bacelar.



O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT - PB) - Todo mundo vai falar ou ele vai responder? Todo mundo faz a pergunta e ele responde no fim?

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Fica meio apertado. Mas se forem rápidos, ele pode responder a todos.

Tem a palavra o Deputado Bacelar.

O SR. BACELAR (PODE - BA) - Sra. Presidente, quero parabenizar a Comissão pela realização desta audiência.

Eu vou fazer rapidíssimos comentários sobre cada uma das falas.

Primeiro, respondendo à Deputada Cristina Almeida, digo que na Bahia nós não temos o feriado do Dia da Consciência Negra por uma decisão do Movimento Negro. O Movimento Negro sempre achou que, para que a conscientização fosse maior, para que a luta fosse maior, esse deveria ser um dia normal na cidade, para que pudéssemos realizar as caminhadas e os debates e não seguir um caminho que é muito comum no Brasil — feriado é praia, é campo, é lazer. Na Bahia, o dia 20 de novembro é um dia de luta e muita luta.

(Não identificado) - Baiano trabalhando! Parabéns! *(Risos.)*

O SR. BACELAR (PODE - BA) - Meu colega, eu pensei isso, mas disse: *"Eu não vou aqui aumentar o estereótipo"*. *(Risos.)*

Prof. José Antônio, quando se fala sobre opressões, não precisamos ser negros para apoiar a luta. Agora, eu não posso ser o protagonista. Eu sou militante negro, mas isso não me faz negro. Eu sou candomblecista, mas isso não me faz negro. Quem tem que ser o protagonista das lutas negras são os negros.

Já o nosso Subsecretário Victor Gonçalves fala da exclusão da juventude negra. Nós precisamos lembrar que foram mais de 300 anos de proibição. Os negros foram proibidos por lei — proibidos por lei — de frequentar institutos de educação formal no Brasil. Não é que a nossa escola não presta e por isso o negro não conseguia ir. Não é que o negro estava longe da escola e por isso não conseguia ir. É que era proibido por lei, inclusive as incipientes tentativas de alfabetização que os negros faziam comunitariamente. Somente com a República é que essa proibição termina. E, para falar a verdade, acho que a Constituição de 1988 realmente é uma aberta para a universalização do acesso à escola.



São 300 anos de proibição! E ainda há pessoas que perguntam: *"Por que há cotas?"* São 300 anos! Depois desses 300 anos, vem todo o resto: escola pública depredada sem qualidade. Lamentavelmente, esse é o quadro.

Valneide dos Santos, infelizmente, negros e negras proeminentes continuam totalmente desconhecidos, sem ter realçado o seu devido valor e a sua luta. Mestre Didi, um dos mais importantes escultores do mundo, Milton Santos, Sueli Carneiro, já que estamos em uma Mesa agora com a presença preponderantemente de mulheres, Lima Barreto, Joel Rufino, Abdias, Theodoro Sampaio, Machado de Assis, enfim, são tantos e tantos negros.

Para terminar, quero fazer uma saudação especial á Profa. Maura Cristina da Silva e uma homenagem ao Steve Biko, que coloca o jovem negro na universidade.

Aí me lembrei aqui de uma das mais importantes mulheres negras do Brasil: Eugênia Anna dos Santos, Obá Biyi, fundadora do Ilê Axé Opô Afonjá, que dizia — chega a me emocionar: *"Aqui eu quero um negro tocando tambor, mas quero com anel de doutor"*. (Palmas.)

Em 1928, essa mulher já via que o negro tinha que ser doutor!

Viva Zumbi!

Viva Obá Biyi!

Viva a África! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - O Presidente está de volta. Eu peço que S.Exa. assuma o seu lugar.

Foi uma honra partilhar, mesmo que momentaneamente, esta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Aproveito para fazer um informe: nós nos ausentamos aqui, conforme foi dito, para tratar do funcionamento simultâneo da Comissão Especial da Escola sem Partido. Nós fomos ao plenário. O Presidente da Casa, neste momento, está coordenando os trabalhos da entrega da Medalha Mérito Legislativo. Nós tratamos a questão diretamente com o Presidente da Comissão, o Deputado Marcos Rogério. Fizemos as ponderações conforme o que havia sido colocado ontem no plenário, do sentimento que tinha o próprio Presidente da Casa Rodrigo Maia.

A partir de um entendimento com o próprio Presidente Marcos Rogério, nós pactuamos que os trabalhos lá na Comissão do Escola sem Partido não começarão antes das 13h30min. Esse o entendimento firmado. Eu me comprometi com S.Exa., que me



disse: *"Venha registrar a sua presença logo, que eu faço esse acordo com V.Exa."* Então, passei lá e fiz o registro da minha presença. Vários Parlamentares estão fora da Casa, achamos que não haverá quórum, mas, antes das 13h30min o debate não será iniciado naquela Comissão, que fica exatamente do outro lado ali.

Acho que isso garante os nossos trabalhos aqui e também o trabalho que precisa ser feito na Comissão do Escola sem Partido.

Dito isso, vamos dar continuidade aos inscritos. O Deputado Beбето estava inscrito, mas pediu para passar adiante a vez dele porque teve que ir ao Senado Federal para participar de outra atividade. A seguir, retornará para cá.

Agora, com a palavra o Deputado Pedro Uczai. Depois falarão a Deputada Alice Portugal, a Deputada Janete Capiberibe, o Deputado Edmilson Rodrigues e a Deputada Professora Marcivania.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Sr. Presidente Danilo Cabral, cumprimento V.Exa. por esta iniciativa de fazer em uma quarta-feira este debate, em um espaço nobre da Comissão de Educação.

Parabéns a todos os membros da Mesa. Eu, de forma disciplinada — nem sempre nós conseguimos fazer isso —, escutei todos e queria fazer as minhas ponderações.

Eu queria homenagear as mulheres negras pela sua luta. O meu Estado, em que há muita gente branca, elegeu a primeira mulher negra, professora, Deputada Estadual na década de 30. Pelo menos o meu Estado elegeu mulher, negra e professora — esta também é a minha profissão.

A Cristina fez uma intervenção interessante.

A minha pergunta, provocando o José Antônio, é se um branquelo tem direito à palavra ou não.

Então, o branquelo aqui vai fazer algumas indagações, tecendo esse diálogo com vocês. Eu tive uma namorada negra que deixou de me namorar porque havia muito racismo no meu Estado quando eu voltei de São Paulo. Eu vivi uma relação extremamente bonita, riquíssima, digna, e, quando retornei para a minha cidade, Chapecó, a minha namorada não suportou tanto racismo e tanto sofrimento. Quando meus colegas da Universidade tentavam se justificar, dizendo que não eram racistas, eram mais racistas ainda na própria justificativa. Então, foi uma experiência pessoal dolorida, dura.



A Vera Lúcia Ferreira de Aveloes foi uma grande mulher na minha vida. Ela veio da Bahia e foi para São Paulo. Eu a tenho muito presente. *(Palmas.)*

O que nos une aqui, o Deputado Danilo Cabral e demais presentes, neste dia, a partir do meu lugar social? Eu não sou negro; sou descendente de europeu.

Da primeira coisa a Cristina falou: justiça, direitos e oportunidade. Isso nos une. Lutar por direitos do povo negro, da mulher negra, dos trabalhadores negros e negras nos une e nos faz lutar por justiça, para que todos tenham oportunidade. Por isso, uma luta política que se avizinha: defender cotas é fundamental, bem como defender a permanência na universidade, principalmente pública, e nos institutos. Se não houver bolsa permanência, os índios, os quilombolas, os negros vão embora; não vão conseguir ficar na universidade. Portanto, há uma luta fundamental de oportunidade que se criou na lei, mas que temos que manter. Essa é a primeira coisa que nos une.

Quanto ao segundo ponto, eu queria fazer um tensionamento com algumas palavras que ouvi: o que nos une é construir uma sociedade com justiça e igualdade social? Isso nos une?

Mas isso faz um corte também na discussão de gênero e de raça. Eu não quero defender a elite negra ou a elite das mulheres brancas, nem os brancos e os negros da elite brasileira. Eu tenho lugar e tenho posição de classe. Portanto, a luta de classe, para mim, poderia nos unir. A luta de classe é a luta de interesses e valores. A luta de gênero nos une. A luta de igualdade racial nos une. É isso que nos une.

Eu não acredito no futuro da luta negra e no futuro da luta das mulheres, se não houver, além de gênero e da questão racial, um projeto de sociedade. Sinceramente, eu não acredito.

Eu estou defendendo os quilombolas lá em Campos Novos contra a elite da região que roubou deles 8 mil hectares. Estamos recuperando, depois de um decreto do Presidente Lula, os 8 mil hectares que a elite roubou de 11 ex-escravos. Não foram os brancos que roubaram, não; foi a elite que roubou — junto com esses ex-escravos, há um monte de brancos pobres. A elite, a classe dominante é que roubou a terra dos negros descendentes de escravos na minha região.

Esta questão é fundamental para mim: lutar por justiça e por igualdade social, na luta de classe e na luta por interesses e valores. Há muito negro reproduzindo, teológica e culturalmente, os valores das classes dominantes.



É aí que eu demonstro o meu tensionamento do ponto de vista de classe social, não só de raça. A Valneide usou uma palavra que me incomoda. Ela pediu ajuda umas quatro vezes. Eu acho que negro não tem que pedir ajuda. A Maura Cristina, em seguida, dialogou com a expressão.

Eu não quero construir uma relação de desigualdade, mas, sim, uma relação com sujeitos que querem a igualdade social, a igualdade racial e a igualdade de gênero. Esses são os princípios que movem a minha luta política. Então, eu não quero ajudar o movimento negro; eu quero ser protagonista, no meu lugar da luta de classe. Não há igualdade social. Se não houver igualdade social, não vai haver igualdade racial, porque os negros são as maiores vítimas da questão social. Eles são os que menos recebem salário e os que menos têm oportunidades. Então, essa é uma luta para mim. Juntem este branquelo aqui a essa luta. (*Palmas.*)

Quando se comemoraram os 500 anos do Brasil, em que havia índios e negros, Deputado Edmilson, eu escrevi um livro. O título do livro é *Os últimos 500 anos de dominação e resistência*.

O negro sempre resistiu e até hoje está resistindo, batalhando e brigando. Vocês, negros, estão aqui invadindo o espaço do Parlamento, mesmo que haja poucos negros aqui dentro. Tem que invadir mesmo! Tem que ocupar! Tem que brigar! Não tem que pedir licença! Então, eu acho que há dominação e resistência. Há dezenas de experiências de resistência coletiva ou silenciosa. Mais do que resistência coletiva, há também muita resistência silenciosa dos negros. Isso precisa vir à tona.

Eu acho que é dentro dessa compreensão que os livros didáticos devem vir. É dentro dessa compreensão que o material didático tem que ser produzido neste País. Isso daria maior visibilidade a essa experiência.

Eu tenho pouca experiência, mas a minha primeira monografia foi sobre cultura e religião dos negros no Brasil, motivado pelo ambiente de uma escola extremamente conservadora que vivenciei.

Antes de terminar — já me estendi bastante —, quero dizer que há algumas lutas importantes, como a da educação. Mas qual educação vamos propor? Estão domesticando todo mundo, as classes sociais, etc. Eu vejo os livros que estão sendo usados. Não é necessário só dar acesso à educação; tem que ser uma educação



libertadora, como a de Paulo Freire, ou libertária, como a dos anarquistas, ou de tantas expressões pedagógicas que existem.

Eu acho que vocês têm que nos ajudar a romper isso, para fazermos aqui, quem sabe no ano que vem, no próximo 20 de novembro, um debate específico. Quais são os materiais didáticos que estão sendo utilizados hoje nas escolas brasileiras? Por quais materiais eu devo lutar para que sejam implantados nas escolas onde temos possibilidade de influenciar? Eu acho que temos que fazer isso acontecer. Quero ver fotos de negros na capa de livros didáticos. Então, temos que romper isso.

Quando fui Prefeito da minha cidade, tirei a foto do centro, onde fica a Igreja Matriz, católica — sou católico —, e botei a periferia olhando a cidade. É um outro olhar sobre a cidade. Eu fiz uma foto da cidade, na frente do meu gabinete, na frente do vidro, mostrando a periferia olhando para o centro, ao contrário da maior parte das fotos históricas da cidade, em que o centro olha a periferia com um olhar de superioridade. Na relação de gênero, ou na relação de classe, ou na relação de igualdade racial, acontece a mesma coisa, é o mesmo olhar cultural.

Nós temos que rediscutir as imagens também, e não só o que está escrito nos livros. As imagens são muito mais reveladoras. Muitas vezes, os livros didáticos mostram a questão do negro e das mulheres e como é vista essa presença, essa visibilidade ou essa invisibilidade. Qual é a imagem que está lá? Não basta botar imagens de negros no material didático; é preciso mostrar qual é a percepção e qual é o estereótipo disso, como disse o Deputado Bacelar. Muitas vezes, o livro didático mostra o estereótipo dos negros, e não a experiência real e histórica deles.

Manifesto aqui o meu profundo compromisso com a luta de classes, pois é isso que nos une na construção de um projeto político.

O que me incomodou em toda a Mesa — não sei se o silêncio revela — é que não se comentou quase nada sobre a perspectiva do que será o Governo Bolsonaro no que se refere à igualdade racial. Vai vir porrada contra negros e negras, contra pobres e contra os trabalhadores deste País. Como nós vamos reagir e como vamos resistir? Para mim, esse silêncio é o mais preocupante desta manhã.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Agradeço ao Deputado Pedro Uczai.



Passo a palavra à Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Como eu já falei quando estava à Mesa, vou ficar no lugar da Deputada Marcivania, e ela fala agora. Eu falo mais ao final.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Passo a palavra à Deputada Professora Marcivania.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Não estou abrindo mão da minha inscrição. *(Risos.)*

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA (PCdoB - AP) - Bom dia a todos e a todas.

Queria parabenizar o Deputado Danilo Cabral por oportunizar este momento para debatermos um tema tão atual, neste horário privilegiado da Comissão.

Cumprimento todos os que compõem a Mesa na pessoa da Deputada Cristina Almeida, Deputada do meu Estado, reeleita pela terceira vez.

Eu queria começar pelo fim da fala do Deputado Pedro Uczai. Eu também me preocupei. É claro que nós temos que ter esperança, e a luta está presente na nossa vida todos os dias, mas eu me preocupo muito com o que está por vir.

A maioria da população, infelizmente, optou por um perfil de candidato que é contrário a quase tudo o que eu penso. Ele vai ser a maior liderança; ocupará o maior cargo do Brasil. Isso me preocupa, porque eu entendo que a maior liderança sempre inspira as pessoas. E, infelizmente, essa maior liderança vai ser um grande maestro de um momento de involução que vamos viver, porque ele tem um perfil que desrespeita mulheres; que acha que as políticas de cotas não deveriam existir — ele diz isso abertamente. Então, eu acho que teremos um momento muito difícil pela frente, que vai requerer de todos nós muita união, muita luta e muita resistência.

O cenário foi muito bem exposto por todos vocês. Nós temos uma cultura de preconceito ainda muito enraizada e temos que lutar diariamente para desconstruir isso, que aparece, por exemplo, nas "brincadeiras". Eu sempre educo as minhas filhas dizendo que brincadeira só serve quando é para alegrar o outro, para deixar o outro feliz. Não podemos tolerar mais certos tipos de piadas, de pseudobrinCADEIRAS.

Eu sou professora desde a educação infantil — fiz magistério — e queria dizer a todos vocês que temos muito a aprender com as crianças. As crianças não são preconceituosas; elas são ensinadas a ser. Temos que lidar com isso no dia a dia e tentar desconstruir isso, na escola, em casa, no ambiente de trabalho, em qualquer lugar onde



estejamos, porque a luta por igualdade é de todos nós. Tem que ser uma luta de todos nós — eu não sou branca, sou parda, mas é uma luta minha também. Deve ser uma luta das minhas filhas, de todos que pudermos conquistar.

Então, eu quero dizer que temos esse dia a dia. No Twitter, nós temos que combater. Eu estava lendo outro dia um tuíte que falava sobre Papai Noel. Alguém estava revoltado porque colocaram um Papai Noel negro. A pessoa dizia: *"Isso vai contra os fatos, porque Papai Noel não é negro"*. Alguém tuitou, muito engraçado, assim: *"Primeiro que Papai Noel não existe. Segundo, quem disse que Papai Noel é branco?"* (Risos.)

O Papai Noel é negro, é branco, é pardo, é indígena.

Isso me preocupa muito, porque nós evoluímos, sim, mas temos uma ameaça daqui para frente quanto a isso.

Eu quero compartilhar com a Profa. Maura: nós temos que estudar a história do negro e a história do indígena. Parece que quando morre uma pessoa negra ou indígena, isso sensibiliza menos do que quando morre uma pessoa de cor branca.

Então, nós precisamos fazer essa reflexão todos os dias em casa, na escola, no trabalho, para que construamos uma sociedade melhor e possamos ter igualdade efetiva nos espaços de poder. A maioria da população é negra, e temos uma minoria nesta Casa, no Supremo Tribunal Federal, nas Casas Legislativas do Brasil todo.

A nossa luta é constante. Eu quero que vocês saibam que estamos nela, porque lutar por igualdade é lutar por um mundo melhor, por um mundo mais fraterno.

Eu concordo plenamente com a Profa. Maura: nós não precisamos de tolerância religiosa; nós precisamos respeitar um ao outro, e não ser tolerantes com o outro. Acredito que com amor desfazemos tudo isso. Eu sou uma entusiasta de que é o amor que constrói e temos que ensinar isso para os nossos filhos, para os nossos alunos, para os nossos companheiros, para os nossos amigos. Um mais um sempre é mais do que dois. Se Deus quiser, nós vamos construir um mundo onde as pessoas não sejam olhadas pela cor da sua pele, mas pelas contribuições que elas dão no dia a dia da sua vida.

Contem comigo nessa luta! Eu sou professora. Acho que, por ser professora, temos mais desafios ainda pela frente, porque o Escola sem Partido está aí para mostrar que dias difíceis virão, e a nossa união pode fortalecer a luta.



Quería parabenizar a todos e dizer que a luta é constante. Contem comigo nela.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Obrigado, Deputada Professora Marcivania.

A Deputada Janete Capiberibe não se encontra.

O Deputado Bebeto passou a inscrição dele para frente.

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

Depois falará o Deputado Reginaldo Lopes, que já pediu para fazer uso da palavra.

Eu acho que é importante também abriremos espaço para as entidades...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Deputada Alice Portugal, quer falar de novo?

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA (PCdoB - AP) - Nós só trocamos de posição, porque eu precisaria me...

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Então, a Deputada Alice Portugal falará depois do Deputado Reginaldo Lopes. Pode ser, Deputada Alice?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Pode.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Abriremos espaço depois também para as entidades se expressarem. Alerto, entretanto, que, até em função do acordo que fizemos para estarmos aqui às 13h30min já iniciando as atividades, as considerações devem ser feitas o mais rápido possível, para dar tempo, depois, de a Mesa ainda fazer as considerações finais e nos deslocarmos para a outra sala, para falarmos sobre o Escola sem Partido.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Primeiro, estou enfrentando na minha agenda um problema insuperável. Tive, às 9 horas, 10 horas, reuniões do Escola sem Partido; da Comissão de Desenvolvimento Urbano; da Comissão de Educação, com audiência pública *Os Desafios e as perspectivas sobre a Promoção da Igualdade Racial na Educação*; da Comissão que analisa o projeto que seria da política de redução de agrotóxicos; e, às 14 horas, reunião para tratar de terrenos de marinha. É impossível.

Eu digo isso mais porque sou professor e tenho dificuldade de ser Deputado, porque temos que estar em vários lugares ao mesmo tempo, sem ter o poder da ubiquidade. É



meio constrangedor isso. Não sintam como desrespeito a minha ausência aqui. Eu só tive o privilégio de assistir à Maura. Agora, ouvindo os comentários, vi o quanto este babaca aqui perdeu — mas é uma babaquice sem culpa, digamos.

Eu queria parabenizar a Comissão e o Deputado Danilo Cabral. Já mostrei a minha admiração pelo Presidente e pela forma como S.Exa. conduz a Comissão. E, ao fazê-lo, em uma reunião passada, eu fiz questão de dar centralidade a um sonho que, a rigor, não é um problema de lei; é um problema de racismo institucional que tem que ser superado.

Os membros da Comissão devem lembrar que 2 semanas atrás eu aproveitei uma oportunidade para avaliar a Comissão positivamente e, ao mesmo tempo, para falar da minha tristeza e minha indignação com uma situação permanente aqui. Não vi vocês entrarem, mas é possível que mesmo de paletó você tenha sido constrangido. É uma crueldade o que ocorre aqui. Os indígenas, então, com maracá nas mãos, pelo amor de Deus!

Falo em racismo institucional, que está, na maioria, talvez, dos Deputados. Falo da concepção racista de mundo, mas também no desafio do movimento antirracista, em geral, e dos movimentos negros, em particular, que é reverter o racismo, entendido aí como uma visão de mundo, uma ideologia, uma concepção que está enraizada culturalmente.

Nós sabemos que as mudanças culturais são lentas, mas não se pode esperar eternamente, em nome desta lentidão. Há dirigentes institucionais, negros ou não negros. Pedro Uczai, por quem tenho grande admiração, acabou de dar uma demonstração e levantou temas importantes, que nos obrigam a refletir sobre determinadas palavras com um conteúdo conceitual e que podem ser usadas a favor ou contra nós — não é necessário que a avaliação dele tenha que ser aceita de imediato.

Querem ver uma coisa? Há uma música de um poeta paraense que foi adotada pelos movimentos dos sem-terra no País todo. É de Benedito Monteiro e começa assim:

*Agora nós vamos pra luta
A terra que é nossa ocupar
A terra é de quem trabalha
A história não falha, nós vamos ganhar.*

Já chega de tanto sofrer...



E aí vai.

Há outra estrofe, que diz:

Quem gosta de nós somos nós

E aqueles que vêm nos ajudar.

Aqui eu ouvi falar no não negro, mas de religião negra, dizendo: "*Não posso ser protagonista*". Como eu sou contra o machismo, mas não posso ser protagonista do feminismo, correto? Mas o ajudar pode ser entendido, então, como o contraponto ao protagonismo?

É uma coisa legal que o Deputado Pedro provocou, porque pode estar correto o termo "ajuda", no sentido de ser a luta dos que, não sendo, estão com o mesmo objetivo — só para provocar o debate.

Há um camarada que expressou, em grande medida, um conceito que foi muito negativizado, e aqui ele foi homenageado. E a data é uma homenagem a ele — aliás, é o dia da morte, porque é a expressão da resistência. Falo do Francisco, ou Zumbi, como é mais conhecido, dos Palmares. E eu me refiro à expressão "boçal".

Vocês já perceberam o quanto é negativizada essa expressão? "*Isso é uma boçalidade!*" É coisa de gente ruim. E, na verdade, o boçal era aquele que, mesmo dominando a língua do dominador, se negava a falá-la. Zumbi, por exemplo, era um poliglota, o que se deve muito a instruções que recebeu de religiosos — morreu com 40 anos, e era um gênio, além de ser um revolucionário, um resistente — mas era um boçal, e morreu por ser boçal, por se negar a desaparecer.

É por isso que resistência é também reconstrução da existência — re-existência, como alguns têm cravado o conceito, até em trabalhos teóricos.

Recentemente, uma das emendas parlamentares que eu fiz foi a pedido do CEDENPA — Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, que tem pessoas lutando há décadas e é um movimento muito importante. Falaria aqui da Nilma Bentes, da Zélia Amador de Deus, entre outras pensadoras e lideranças. Mas essa emenda serviu para editar um glossário, que eles chamaram de *Dicionário da Língua Fon Gbe*. É interessante que alguns meninos africanos que estudam no Brasil falam fon gbe como uma das línguas africanas e estão ajudando os terreiros onde o fon gbe ainda é falado na reconstrução do domínio linguístico. Olha que coisa linda!



Esta é a resistência há 500 anos sendo proibida de falar. O terreiro era o espaço onde a língua podia ser mantida. É claro que muita coisa se perde no caminho. De yorubá, nós já temos professores. Também de banto. Pode surpreender que elas sejam línguas vivas; não são línguas mortas. São vivas pela resistência, mas são vivas ainda, com as variações que o tempo provoca, na própria grande África, nos vários países da África.

Eu me lembro da Nilma Bentes, que dirige o CEDENPA do Pará, uma agrônoma importante, quando presenciou a prisão de um negro, sendo jogado no porta-malas de um carro por um delegado negro. Ela, como liderança, interveio e disse: "*Você não pode fazer isso!*". E o cara usou da sua autoridade. Olhem aí o que é o racismo institucional: o delegado era negro, mas era autoridade. Ele deu ordem de prisão à maior liderança negra no Pará àquela altura — e, hoje ainda, é uma grande liderança —, porque ela disse: "*Não faça isso! Está prendendo-o porque ele é negro? Isso é um absurdo! Você é um policial, e você é negro também!*" Ele disse que ela estava presa por desobediência à autoridade e por racismo e a levou também no camburão.

Nós podemos ver, na campanha recente, o que passou a ser conhecido como Negão do Fascista. É claro que isso nos entristece, mas não é propriamente algo novo. Não será a última situação constrangedora, mas também não implica retrocessos.

Eu queria tentar concluir. Há grandes contribuições, a meu ver, e o desafio de todos nós é aprofundar o debate. Há uma contribuição do Florestan que dialoga com o que foi falado pelo Pedro Uczai. Aliás, eu acho necessário ler a obra do Florestan de novo. Às vezes, nós temos um certo preconceito, digamos, por ele não ser um negro — apesar de ser de origem portuguesa, mas filho de uma empregada doméstica —, mas ele é um gênio brasileiro que deu uma contribuição importante. Eu acho que ele e o Aníbal Quijano, que faleceu há 3, 4 meses, dão importantes contribuições.

O Quijano diz que o pensamento colonial é uma imposição do eurocentrismo. Então, o racismo contra os indígenas, contra os negros é constituinte; está na origem da própria colonização. Ele é estrutural. Nesse sentido, não há como falarmos realmente em futuro sem pensarmos a estrutura social, no sentido das lutas de classe, mas totalmente indissociável às lutas étnicas, às lutas de gênero. Eu tenho, então, essa concepção realmente.



É claro que nós devemos respeitar aquele negro que até alcançou uma renda e ocupou cargos de relevância na Justiça, que compõe uma minoria, que eventualmente pensa como branco e até advoga a tese de que não há racismo no Brasil. Há, infelizmente, negros que se prestam a isso por ideologia, por concepção de mundo, por negação daquilo que é fundamental na data de hoje, que é a consciência negra.

Na minha avaliação, a consciência negra é, ao mesmo tempo, a consciência da negritude, do valor da sua negritude... Aí rendo minhas homenagens a Aimé Césaire, martiniquês, criador desse conceito, num movimento de estudantes ainda no século XX. Eu creio, contudo, que essa contribuição é muito importante, porque, ao assumir a negritude, o resultado acaba sendo o que nós estamos vendo nessa beleza hoje, que são as crespas e tantas outras manifestações de assunção mesmo.

Eu vejo aqui a Valneide, do movimento do Instituto Afro Origem. Eu conversava com a Deputada Benedita da Silva. Qual é a origem de S.Exa.? E S.Exa. disse: "*Creio que seja senegalesa*". Certamente, muitos branquelos — não como o Deputado Pedro, mas os branquelos reacionários da bancada do boi, da bala, racistas e os que usam o nome de Deus em vão aqui para justificar assassinato de criança, redução da maioria penal, machismo, racismo e extermínio de pretos na periferia —, ririam, dizendo: "*O quê?*". É interessante que aqui há um bando de bancadas de alemães, de várias origens, e ninguém ri. Entretanto, quando se trata de um negro querer estabelecer o seu vínculo com a Mãe África ou com alguma região da África — a África é tão plural, e são tantas centenas de línguas —, aí isso passa a ser absurdo.

O grande desafio é chamar os estudantes de Biologia, das áreas das Ciências Biológicas, das Ciências Médicas, os geneticistas, etc., de lá e daqui, para, quem sabe, desenvolver pesquisas que possam criar esses elos. Se o cara pode ser afro-italiano, pode ser alemão aqui no Brasil, por que não pode ser indígena? Por que não pode ser afro-brasileiro?

Uma pessoa que eu admiro muito até, mas que tem um perfil meio conservador, é o apresentador e entrevistador Jô Soares. Deixava-me irritado quando ele entrevistava alguém e começava a fazer chacota com as pessoas que se intitulavam afro-brasileiros. Em nenhum momento, entretanto, ele ridicularizava o programa da própria *Globo*, quando diz assim mesmo...



Vamos pensar: até os árabes, que sofrem preconceito no mundo, que são vinculados a terroristas no geral — nós sabemos do preconceito forte —, no Brasil, são muito queridos e respeitados. Vimos a matéria que fizeram sobre o Temer no Líbano, os Tamer, que são os parentes ancestrais dele. Isso nós achamos bacana. E o caso de Dilma Rousseff?

Não importa a origem, mas você não pode nem ser originário daqui. Não é aceito, inclusive por juízes, que índios tembé ou munduruku, por exemplo, registrem em suas certidões as respectivas etnias. Até hoje isso é barrado por muitos juízes. É uma luta. Muito menos é permitido você se identificar com seu povo ancestral da África. Isso é uma violência dos racistas. Mas é contra essa violência institucional, digamos assim, que nós temos que lutar.

Eu quero parabenizar a todos e a todas, homenageando uma pessoa e a Câmara, em particular, porque ela tem um trabalho lindo feito aqui.

Foi citada aqui a exposição sobre o dia 20 de Novembro, que realmente está belíssima, fruto de uma pesquisa legal. Nas semanas anteriores, houve uma exposição sobre as mulheres, e a Câmara publicou — quero falar particularmente para as mulheres negras, para todos e todas — este ano *Úrsula* e outras obras, da escritora Maria Firmina dos Reis, negra que nunca conheceu o pai e foi criada pela mãe. Nascida em 1822, em 1859 lançou seu primeiro romance. Àquela altura, muito antes da Abolição oficial, feita por uma princesa escravocrata, muito antes, os protagonistas do seu romance já tratavam da violência dos navios negreiros, da violência da escravidão.

Então, a publicação desse livro é muito importante. Quero homenagear a Câmara por esse trabalho e homenagear a Maria Firmina dos Reis, que nasceu no Maranhão e Grão-Pará — hoje Maranhão, desde que separados. No Maranhão, ela dá nome a uma biblioteca de um dos movimentos de luta contra o racismo.

Obrigado.

Desculpem-me por ter me alongado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Agradeço as palavras do Deputado Edmilson.

Passo a palavra agora ao Deputado Reginaldo Lopes. Depois de S.Exa., ouviremos as considerações da Deputada Alice Portugal. Eles são os últimos Parlamentares



inscritos, e nós temos ainda duas outras inscrições: da Jaqueline Nunes; e do Admar Nascimento.

Peço a todos, mais uma vez, que sejam breves, porque são 12h30min, e às 13h30min todos nós teremos que estar na Comissão ao lado, que trata do Escola sem Partido, e ainda teremos as considerações finais.

Portanto, com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Bom dia a todos, em especial a todas, e ao Deputado Danilo Cabral, nosso Presidente, a quem parabeno pela iniciativa de realizar esta audiência.

Para não ser repetitivo, quero primeiro dizer que nós temos uma tarefa muito grande. Nós precisamos ganhar a opinião do povo brasileiro, na sua ampla maioria, para uma pauta realmente propositiva de enfrentamento do racismo institucional no Brasil.

Tive oportunidade de fazer parte, em 2015, da CPI da Violência contra Jovens Negros e Pobres, da qual vários companheiros, Deputados e Deputadas, participaram conosco. Nós apresentamos ali — não é, Deputado Bacelar? — umas duas dezenas de proposições legislativas, a partir das audiências públicas que fizemos em todas as capitais brasileiras, inclusive em comunidades com alto índice de violência e de mortalidade de jovens negros e pobres.

A partir da fala, do depoimento, da trajetória, da história do Movimento Negro no Brasil, a CPI buscou dar um formato às proposições legislativas.

Naquele ano tive a oportunidade de transformar essas proposições numa agenda legislativa. Isso que eu estou chamando de agenda apresenta três eixos. O primeiro eixo é a questão da superação e do enfrentamento da violência contra jovens negros e pobres, porque o Brasil é o País que mais mata, e mata por causa do racismo institucional, que é a base do nosso genocídio, comprovado e votado por esta Casa, reconhecido pela primeira vez pelo Parlamento Federal — o Brasil é racista. Havia aquela fala solta do Fernando Henrique de 1995, mas é a primeira vez que o Parlamento e seus pares reconhecem o racismo institucional. E reconhecem mais do que isso: reconhecem que isso é a base do genocídio.

Eu sempre tive preocupação em participar de uma CPI. Eu costumo brincar que não fiz concurso para delegado porque não era minha vocação, mas participei dessa — fui autor do requerimento de sua criação e Presidente, com a confiança dos colegas. Mas



preocupa-me que tudo se transforme em pizza — essa é a linguagem popular. E acho que o povo tem um pouco de razão. Para tentar evitar que essa CPI também termine em pizza, apesar de que o fato histórico do reconhecimento já é um ganho, para além do denunciamento do reconhecimento, nós queremos ações. Não dá para, daqui a 10 anos, outro Deputado vir fazer uma nova CPI, porque continuam morrendo 600 mil jovens em 10 anos.

Portanto, apresentei ali um conjunto de ações e as transformei numa agenda mesmo. Mande confeccioná-la, fizemos as separatas, e quero ver se conseguimos, no próximo ano, 2019, nos dedicar a isso. Quero não só me dedicar a projetos da CPI, mas a projetos de outros Deputados, que seria fundamental, Danilo, que fossem aprovados.

Por exemplo, vejam a que absurdo chega o racismo institucional no Brasil. Em 2003 nós aprovamos o ensino do conteúdo de História e Cultura Afro-Brasileira, por meio da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro 2003, sancionada pelo Presidente Lula, mas, percorrendo o Brasil, nós percebemos que ninguém a cumpre. Eu disse: *"Bacelar, vamos fazer uma lei? Vamos colocar no rol dos itens de improbidade administrativa para o Prefeito, para o Secretário, para o Governador e para o Presidente da República o não cumprimento da obrigação da Lei da História da África?"*. É um absurdo! Estamos fazendo mais uma lei. Ela está aqui, Danilo, para ser votada — inclusive poderíamos nomear um Relator para ela. Quer dizer, nós vamos fazer mais uma lei para cumprir outra lei. Isso mostra como o racismo, que nós temos que enfrentar, é forte!

Eu também acho — e estou vendo aqui o Secretário de Promoção de Igualdade Racial do Brasil e o do Distrito Federal — que é um ganho termos órgãos de governo na luta da promoção da igualdade racial. Mas não dá para termos órgãos de governo sem termos orçamento. Então, a CPI apresentou uma PEC que propõe um Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Superação do Racismo e Reparação de Danos. Esta PEC está tramitando nesta Casa, e nós precisamos de massa crítica e de força para dar admissibilidade a ela. Ela propõe a destinação de 2% de IPI no Brasil para a área.

Nós temos que fazer um acerto com a história: ou se tem, ou não se tem reparação de danos. Ou vamos esperar mais 100 anos para discutir reparação de danos? Eu entendo que reparação de danos pressupõe botar dinheiro, orçamento público. Isso não pode existir só no discurso. Para além do discurso, para além da denúncia, nós precisamos colocar dinheiro. Senão, os Secretários têm uma pasta, têm uma obrigação,



têm um baita quadro, mas vão ser queimados pela estrutura burocrática do poder público, porque não vão operar na ponta. É preciso dinheiro para manter na universidade o jovem negro que entrou por meio das cotas, por exemplo. Por que não pode ter?

As elites são tão revanchistas! Ontem completou 10 anos, Deputado Danilo, da votação da Lei de Cotas nesta Casa, a qual eu tive oportunidade de ajudar a liderar no Colégio de Líderes. Nós a votamos no dia 20 de novembro de 2008. Depois, levamos mais uns 4 anos para votá-la no Senado. Ali nós juntamos o PSDB e convencemos o partido de que era ruim para ele não aceitar a questão racial para além da questão social.

Só que eu percebo que, de uma maneira ou de outra, com a conjuntura política atual — porque o Presidente Lula criou a Política Nacional de Assistência Estudantil por decreto, e não por lei —, eles estão, devagar, devagar, devagar, expulsando os jovens da universidade? E não estou falando do FIES ou de programas de financiamento, porque desses eles já os expulsaram; estou falando das universidades públicas federais nas quais os alunos entram por cota. Entram 50 alunos por cota, mas existem cursos que não formam mais do que 50%. Isso por causa de 400 reais — repito: por causa de 400 reais! O Estado brasileiro é tão violento, tão agressivo que prefere que o menino volte para casa, com baixa autoestima, às vezes com depressão, humilhado, e largue a universidade.

Foram 200 mil os jovens que largaram as federais em 2 anos, num momento em que tínhamos 1 bilhão de reais em orçamento, mas este Governo ilegítimo tirou 30 ou 40 milhões de reais. Isso foi feito no momento em que tínhamos que ter colocado mais 1 bilhão de reais, porque nós saímos desse período de 2014, de pleno emprego, com 4,6% de desempregados, para quase 15% de desempregados, segundo os dados estatísticos, e hoje temos 30 milhões de pessoas desempregadas e desocupadas. Os pais de família perderam sua renda, e aquele jovem negro que mais precisa da assistência do Programa Bolsa Permanência, da moradia, do restaurante vai sendo expulso no processo. Nós cercamos de um lado, as elites dão golpe do outro. Isso mostra o tamanho do racismo que de alguma forma nós temos que enfrentar.

Portanto, eu quero dizer que nós continuamos com essa pauta. Pena que não a trouxe, mas posso distribuir para vocês a agenda legislativa. Eu acho que esta questão da violência passa por uma mudança no sistema de segurança pública brasileiro. Eu acredito que não dá mais para discutir a questão do racismo sem discutir a segurança pública.



Nós, da Esquerda, as pessoas dos movimentos sociais, temos pânico de discutir o tema segurança pública. E, ao não discutirmos o tema segurança pública, nós privatizamos o assunto para a turma da bala. E a turma da bala não discute política pública ou segurança pública; discute interesses corporativos.

Não sou contra eles defenderem interesses corporativos, mas nós já colocamos 300 milhões de reais nesse modelo falido, e, quanto mais dinheiro, pior é o sistema de segurança pública, que não elucida nem o crime contra a vida, 3%, porque não é do interesse deles. Se for morto um jogador de futebol, eles elucidam; se for artista de televisão, elucidam; mas crimes contra negros e pobres não elucidam nada. E os jovens que estão sendo assassinados são inocentes.

Então, nós temos que repensar esse modelo. A CPI apresentou oito proposições que mexem na estrutura. Mas por que elas não andam? Porque mexem na estrutura, colocam em contraposição a Polícia Civil com a Militar; o coronel com o pracinha; o investigador com o delegado; o perito com a Polícia Civil. Ninguém quer mexer em nada. Isto aqui é um teatro. É um faz de conta. Enquanto a sociedade brasileira não desprivatizar o tema segurança pública e fizer com que esse tema passe a ser de domínio público, como é educação, como é saúde, como é assistência pública, nós vamos ver este absurdo que acontece hoje.

É tudo tão absurdo que nós elegemos um Capitão para ser Presidente do Brasil. Da política pública de segurança pública, com todo o respeito, o Jair Bolsonaro não entende porcaria alguma. Esse é o problema! Mas ganha na síntese da complexidade, ganha no apelo, porque ninguém aguenta mais um País tão violento quanto o Brasil.

Este é o problema da Esquerda brasileira. Este é o problema dos movimentos sociais. Nós privatizamos esse tema. Inclusive nós apresentamos uma PEC para desprivatizar o tema da segurança pública a partir da obrigatoriedade de conferência, de planejamento de 10 anos, de retomada de rumos, de avaliação de metas, de políticas. Nós temos que enfrentar essa questão para além do discurso, na prática, com instrumentos legislativos, que, como representantes do povo, cabe a nós fazer.

Portanto, é isso. Fica aqui mais um chamamento. Estou aqui pedindo socorro. Vamos juntos construir uma pauta. Alguma coisa tem que nos unificar. Eu sei que muitos acham aqui: "*Este cara é branco*". Eu não sou branco, eu sou vermelhinho. Também sou minoria. Segundo, o que nós estamos unificando é o compromisso de enfrentar o racismo



no País. Nós temos que enfrentá-lo com essas pautas determinadas. Aqui vem todo mundo pedir pauta. Para tirar uma agenda, vem a universidade, vem a FIEMG, vem o empresariado, vem a saúde, vem todo mundo. Nós temos que ter nossa pauta, nossa agenda organizada. Nós temos que cobrar e fazer *lobby* na porta do Relator, na porta do Presidente.

Ou nós organizamos isso com metodologia, com descentralização de responsabilidade, ou nós vamos ficar fazendo aqui, a cada dia 20 de novembro, mais uma reunião dessas, que é importantíssima. É lógico que nós temos que celebrar, comemorar. Tudo é muito importante, mas eu quero — ontem eu disse isso no plenário — celebrar isso com trabalho e conquistas novas, para que nós possamos fazer um Brasil plural, para todos, sem nenhum tipo de preconceito.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Agradeço ao Deputado Reginaldo Lopes.

Passo a palavra à Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Presidente, eu já os cumprimentei, mas não poderia deixar de falar como Deputada de questões que talvez não fossem próprias de falar desse lugar da mesa.

Quero parabenizar a Comissão de Educação pela realização desta reunião. Acredito que o grande saldo é afirmarmos aqui na Comissão de Educação, primeiro, que há racismo no Brasil. Acredito que já passou o tempo de dourar essa pílula. É preciso constituir efetivamente uma ampla frente de resistência para não perdermos as conquistas alcançadas e para continuarmos a lutar pela igualdade racial.

Não podemos incorporar o romantismo à ação integrativa, talvez, de que houve no Brasil a constituição de uma democracia racial. Infelizmente ela não aconteceu. Ela está às vezes colorida até em palavras de grandes estudiosos, mas infelizmente não aconteceu. No Brasil, os negros e negras ficaram apartados do desenvolvimento e, como eu disse poucos minutos atrás, nós apenas estávamos começando.

Por isso, eu quero dedicar esta fala, este momento a Mestre Moa do Katendê, assassinado, em um crime político, nas ruas de Salvador. Esse homem da luta popular, da cultura popular, apenas expressou o seu voto e a sua opinião política, e alguém se sentiu autorizado a lhe cravar facadas no corpo e lhe tirar a vida.



Mestre Moa do Katendê é talvez o emblema do que poderá acontecer doravante no Brasil. O capitão eleito disse que o português nem pisava na África, eram os negros que entregavam os negros. E disse à cantora Preta Gil que nenhum filho seu casaria com uma negra como ela porque foram bem educados. Ele disse ainda, nessa mesma matéria, nessa mesma fala — eu não sei nem classificar os seus uivos de intolerância —, que as cotas são desnecessárias, porque dividem negros e brancos no Brasil. Então, eu não tenho qualquer expectativa com o momento que virá.

Eu sou baiana de Salvador, filha de uma catarinense italiana, como o Deputado Pedro Uczai, e um mestiço baiano — sou isso — e, não sendo tipicamente, do ponto de vista do percentual de melanina, negra, eu me sinto como tal, porque, nas minhas primeiras idas à fila da inscrição, há 16 anos, quando entrei aqui — fui eleita para o meu quinto mandato agora —, chegávamos às 7 horas da manhã para nos inscrever para falar, e um Deputado de primeiro mandato, como eu era, supostamente ariano, chegou à fila e me disse: "Você é a moça do cafezinho, não é? Que horas vai chegar o livro?" Eu deixei ele esperar o negro baiano, que trazia o livro, meu conterrâneo, vivo até hoje — pode comprovar —, servidor desta Casa. Assinei o livro na frente dele e do seu Rolex e disse: "*Eu não sou a moça do cafezinho. Apesar da tinta fraca, eu sou da Bahia e vim aqui para defender a igualdade entre as pessoas.*"

O racismo está aí. E nós precisamos incorporar essa circunstância para enfrentar isso institucionalmente e no mundo educacional. Isso que o Deputado Reginaldo Lopes falou aqui na sua palestra é uma verdade. Estão matando as cotas por inanição. Eu sou a Relatora do novo projeto de assistência estudantil. Vou ao fórum dos pró-reitores de assistência estudantil na próxima semana debater o assunto. O relatório do MEC não nos serve. Estão matando as cotas de maneira invertida. Não têm coragem de botar para votar o fim das cotas e as estão matando por inanição. Já há dois casos de suicídio de alunos indígenas, que voltam para as suas tribos frustrados. Esses são relatos de reitores do Norte do País. E nós sabemos o que significa você abortar um sonho.

Portanto, eu acredito que a Frente Ampla em Defesa da Democracia tem que nascer, tem que superar os sectarismos, tem que superar qualquer tipo de diferença, tem que superar essa visão escravocrata que hoje se instala no Brasil novamente. Nós precisamos constituir essa frente ampla em defesa das conquistas populares e experimentar de novo os milagres do povo. Esses milagres do povo são, sem dúvida, a



garantia da igualdade, a garantia da democracia, da possibilidade de que as pessoas sejam respeitadas pelo que são e não pelo que têm. E é isso que nós vamos viver de novo no Brasil neste momento vindouro. Por isso a assistência estudantil para a Comissão de Educação, Sr. Presidente, na minha opinião, deve ser uma grande salvaguarda em defesa das cotas, em defesa da igualdade racial.

Eu quero parabenizar a Comissão, parabenizar o Presidente pelo evento e dizer que eu e a Deputada Professora Marcivania temos que nos retirar, porque temos uma reunião de bancada, que já está em andamento. Mas podem contar conosco para o que der e vier.

O Deputado Bacelar vocalizou a voz da Bahia, que, nesses dias, encheu de fitas e torços brancos as árvores de Salvador, na Cerimônia dos Ojás, amarrando os troncos das árvores, para dizer que o povo negro está ali, quer igualdade, quer oxigênio, quer vida e quer alegria. Parabéns!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Com a palavra o Deputado Bacelar.

O SR. BACELAR (PODE - BA) - É rápido. É só uma provocação, porque a Deputada Alice me instigou.

Ontem, no Dia da Consciência Negra, foi indicado o décimo Ministro. Dez Ministros — nenhum negro! Eu espero, Profa. Maura Cristina, que o Ministro da Educação seja negro ou negra. Não vai ser.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Encerradas as falas dos Parlamentares, passo agora a palavra à Sra. Jaqueline Nunes, do Movimento Negro Unificado do Distrito Federal e da Negritude Socialista Brasileira.

Depois da Sra. Jaqueline, falará o Sr. Admar, e então teremos as considerações finais da Mesa.

A SRA. JAQUELINE NUNES - Boa tarde e todas e todos. Cumprimento o Deputado Danilo Cabral pela iniciativa da Comissão e agradeço pela oportunidade. Cumprimento todos na pessoa da brilhante Profa. Maura, que fez uma apresentação maravilhosa aqui.

Não vou me alongar muito. Quero só me somar às vozes que demonstraram preocupação em relação à próxima gestão que vamos ter no País, com o Bolsonaro, que fez questão de dizer o quanto é preocupado com a causa negra medindo os negros em



arrobas. Acho que isso é muito simbólico para mostrar o quanto ele nos considera pessoas, o quanto ele nos encara como seres humanos.

Já que o Deputado Reginaldo Lopes falou sobre a questão da segurança pública, eu queria aproveitar a oportunidade para chamar todos para participar hoje à noite, na Fundação João Mangabeira, do debate *on-line* promovido pela Negritude Socialista Brasileira. Acontecerá uma transmissão *on-line* sobre o Pacto pela Vida, que foi o programa de segurança pública implementado pelo nosso saudoso Presidente Eduardo Campos, em Pernambuco, e sobre o genocídio da juventude negra. Vai ser um debate no qual vamos falar sobre esse programa, que foi muito bem-sucedido em Pernambuco, fazendo um paralelo com o genocídio da juventude, que é um dos grandes problemas da implementação da Lei nº 10.639. A nossa juventude está fora das escolas. A nossa juventude está sendo morta nas comunidades, está sendo morta no nosso País.

Deixo este recado e faço este convite a todos.

Muito obrigada.

Salve Zumbi, salve Dandara e salve Marielle! É sempre importante lembrarmos dessa guerreira, que foi assassinada no nosso País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Agradeço à Sra. Jaqueline.

Agora passo a palavra ao último inscrito, o Sr. Admar.

O SR. ADMAR - Cumprimento todos, o Presidente, a querida Valneide e os demais.

Quero rapidamente acrescentar aqui uma questão. E eu gostei da fala da Deputada Alice, afirmando a presença realmente do racismo.

Quero falar da propaganda, que subliminarmente faz a nossa cultura ficar do jeito que está. Ficar na frente da televisão e pegar os intervalos para que os comerciais indiquem bens de consumo, de prazeres, de felicidade, e neles apenas encontrar o ariano faz com que imaginem que, quando se vende para o branco, todos os outros, mesmo os não brancos, também vão querer aquele produto, o que passa sempre a imagem de que o bem de felicidade, o bem de prazer, o bem de poder é branco.

É possível ver isso com clareza em qualquer tentativa de se vender um veículo de melhor tecnologia. O carro novo é sempre apresentado com um branco, numa velocidade bonita, acompanhado de uma moça com seus cabelos esvoaçantes. No limite disso, sempre brancos.



Isso acontece também na venda de um apartamento de frente para o mar: mostram as ondas, ali na areia, com um casal e uma criança invariavelmente brancos. Agora começam as mulheres negras, com seus cabelos, a aparecer nas propagandas de produtos de beleza. Elas acabam tomando novos espaços da propaganda, mas ainda é uma propaganda branca, é uma propaganda que faz com que trabalhem esse universo do poder, o universo da supremacia branca, quando nós podemos começar, de fato, a inverter isso.

Esta iniciativa da Comissão, com a presença de figuras, de lideranças, de instituições, faz com que possamos ir tratando dessa questão para a frente, para o quadro ir mudando, à medida que vamos ocupando novos espaços, ainda que haja essa preocupação nova com o próximo Presidente da República — não com ele, mas com o que ele traz junto com ele. Isso aumentará, de fato, a nossa condição de resistência, de não deixar que haja nenhum reverso do que foi conquistado até agora.

Esta fala foi apenas para aproveitar os últimos minutos, Sr. Presidente. Sou grato e parabênico pela atividade que fizemos hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - A Comissão tem períodos nos quais o Presidente não pode ser reeleito, de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Quando muda a Legislatura, pode.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Independentemente disso, nós temos aqui vários Deputados reeleitos que têm compromisso com esse bom combate, que é travado aqui todos os dias. Eu queria sugerir que, do ponto de vista institucional, nós, Parlamentares que estamos aqui presentes, assumamos o compromisso de realizar algo — uma audiência ou, quiçá, algo mais potente — na linha da igualdade racial, de nenhum direito a menos, nesse sentido.

A Marcha das Mulheres Negras foi uma lindeza. Espetacular! A marcha foi no mesmo dia em que uns que defendiam a volta à ditadura e estavam instalados aqui na Praça dos Três Poderes jogaram bombas, agrediram e feriram as manifestantes. Mas a marcha foi muito importante.

Eu não me ative, na minha fala, à questão colocada pelo Pedro. Aliás, eu vou concluir dizendo: parabéns pelo otimismo das falas! O fato de estarmos numa conjuntura



— não podemos fechar os olhos — que levou à eleição de um canalha, que já está mostrando ao que veio, porque se negou a falar de forma mais explícita evitando participação nos debates, nos quais assumiria suas verdadeiras posições, que só foram conhecidas por alguns que têm acesso às redes, que, mesmo assim, viam e achavam que eram *fakes*...

Acho que hoje a sociedade brasileira está percebendo o estrago que pode acontecer, mas que jamais derrotará o acúmulo de vitórias e conquistas que foram viabilizadas com muita luta e com muito sangue — literalmente, sangue — dos nossos povos, particularmente dos que vivem do trabalho e dos que sofrem historicamente a opressão. Então eu creio que temos que começar a pensar de que modo o Parlamento pode ajudar numa ocupação de Brasília, para que qualquer tentativa de destruir alguma política de cotas ou outra política importante para a democracia no País — para a democracia racial inclusive — tenha uma resistência não só institucional no sentido parlamentar, mas tenha realmente a força do nosso povo nas ruas dizendo "não".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Mais uma vez agradeço as palavras do Deputado Edmilson.

Tivemos que nos ausentar para tratar de uma questão incidental.

Antes de passar para as considerações finais dos painelistas, gostaríamos, na condição de Presidente da Comissão, de manifestar a nossa alegria e a nossa satisfação com o resultado desta audiência pública.

Hoje é quarta-feira. Seria um dia de reunião deliberativa, da mesma forma que acontece nas demais Comissões desta Casa. Entretanto, nós optamos por cancelar a reunião deliberativa para realizar esta audiência, para discutir a promoção da igualdade racial não só na educação, mas também nas políticas públicas em geral.

Essa opção retrata nossa intenção de trazer para o centro da agenda da Comissão de Educação a reflexão sobre como a educação efetivamente deve se envolver na discussão deste tema. A celebração de 20 de novembro, data da morte de Zumbi, nos provoca a reafirmar a memória e a luta contra a exclusão, o racismo, o preconceito e a desigualdade social, decorrentes de 4 séculos de escravidão africana no Brasil. É uma data para reafirmar o combate ao racismo explícito, já criminalizado na nossa legislação, mas, acima de tudo, para debater o racismo subterrâneo, presente na vida cotidiana dos



brasileiros, quando associam os negros, como foi dito aqui, a estereótipos negativos ou mesmo à exclusão a que foram submetidos historicamente.

Apesar de o IBGE registrar que 54% da população brasileira se autodeclaram negros e pardos, apenas 17% dessa parcela encontram-se entre os mais ricos. O retrato da desigualdade se apresenta de forma generalizada, como já foi dito aqui. Os negros estão entre os mais pobres, os menos escolarizados, os de menor renda, os que são mortos — como disse muito bem aqui o Deputado Reginaldo — pelas polícias nas grandes cidades brasileiras.

Mesmo assim, há uma grande dificuldade no Brasil de reconhecer a distância social existente entre os negros e o resto da sociedade, assim como reconhecer — e aqui quero reafirmar a nossa posição — a importância das ações afirmativas para diminuir a desigualdade.

Relatório produzido pela organização britânica Oxfam denominado *A Distância que nos Une, um Retrato das Desigualdades Brasileiras* revela que, se mantido o ritmo médio de redução anual das desigualdades, os negros só alcançarão a renda dos brancos em 2089 — são 60 anos ainda para a frente.

Na área da educação, é possível comemorar algumas reduções da diferença entre negros e brancos e na relação do número de anos do estudo formal ou dos índices de analfabetismo. A taxa de analfabetismo em 1992 era de 10% para brancos e 27% para negros; em 2009, 6% para brancos e 13% para negros. Nesse período, embora tenha caído a desigualdade, a taxa de analfabetismo do negro permaneceu mais que 2 vezes maior do que a taxa da população branca.

O reflexo da exclusão da juventude negra se revela de forma ainda mais assustadora quando verificamos os dados de mortalidade de jovens negros. Segundo o *Mapa da Violência*, como foi muito bem retratado pelo Deputado Reginaldo Lopes, o número de brancos mortos vem diminuindo ao longo dos anos, enquanto os casos envolvendo os negros só aumentam. Os números são inquestionáveis e revelam a necessidade de ação cotidiana do poder público para promover a igualdade racial. Digo isso porque, como foi dito aqui, as ações afirmativas são indispensáveis para a reversão desse quadro.

Pode-se inferir das teses de Piketty que a presença das condições de desigualdade em determinada sociedade ou mesmo sua superação pressupõe intencionalidade por



parte dos atores sociais que a dirigem. O desenvolvimento econômico, por si só, não assegura que essa condição seja suplantada.

Vejam vocês — foi muito dito isso aqui, eu reafirmo esta preocupação, como disse também o Deputado Pedro Uczai — que vivemos hoje um momento de enormes incertezas, com fortes indícios de retrocesso na agenda política de promoção da igualdade racial. Mais do que nunca, faz-se necessário reafirmar essas políticas, em especial as ações afirmativas que têm sido objeto preferencial do ataque conservador.

Essas políticas — como as citadas aqui, como a implementação da Lei nº 10.639, de 2003, a cota para negros em concursos públicos, o acesso a universidades, assim como a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial com *status* de Ministério — foram fundamentais para iniciar uma trajetória de afirmação desse tipo de política. As políticas universais que objetivam reduzir as desigualdades são importantes; porém, são insuficientes para reduzir os abismos que separam negros e brancos.

Os limites são evidentes quando analisada a possibilidade de mobilidade de negros dentro do mercado de trabalho, como foi falado aqui também. As políticas gerais não afetam a maneira como os afrodescendentes chegam ao mercado, nem como são tratados. A estrutura do vínculo com cor e raça não muda. Hoje os negros são maioria nos setores econômicos com as piores condições laborais, como agricultura, construção civil, trabalhos domésticos, e também nas posições mais precárias, sendo a maioria entre profissionais não remunerados e assalariados sem carteira.

Este debate precisa ser feito, porque está no centro da argumentação contrária às ações afirmativas. Um dos argumentos contrários ao estabelecimento das políticas reparadoras baseadas em igualdades raciais é o de que a exclusão social não é determinada pela cor da pele, mas pela pobreza.

Deve-se ressaltar que existem resultados intangíveis na implementação das políticas de ações afirmativas. Sem sombra de dúvida, elas tiveram o mérito de colocar definitivamente a discriminação e o preconceito no centro da agenda pública. As desigualdades de gênero e de raça são estruturantes da desigualdade social brasileira, como foi dito aqui também, produzindo efeitos negativos não apenas para grupos específicos, mas para a sociedade como um todo. Por tudo isso, devem receber a devida atenção do poder público.



Isso é o que estamos tentando fazer aqui, com esta audiência pública, trazendo para o centro do debate da agenda desta reunião o debate sobre a promoção da igualdade racial. Fica aqui a reafirmação, conforme foi dito pelo Deputado Edmilson Rodrigues, de que nós devemos preservar esta Comissão de Educação como um espaço privilegiado, sim, do debate e da afirmação das conquistas, mas sobretudo das lutas. Teremos que travar muitas lutas que virão pela frente, pelo cenário que se avizinha. Que esta Comissão continue a cumprir um papel na construção da cidadania do povo brasileiro, em especial da população negra!

Dito isso, eu queria agradecer a todos os painelistas, aos Parlamentares e às entidades que aqui se manifestaram. *(Palmas.)*

Vou conceder a palavra para as considerações finais, fazendo um apelo de brevidade. Sei que foram colocadas muitas as indagações, mas não tenhamos a expectativa de que, no curto espaço de tempo que temos, vamos conseguir responder a tudo.

O SR. ADMAR - Deputado Danilo, por favor.

Eu não poderia deixar de registrar que o Espírito Santo elegeu a primeira mulher negra Vice-Governadora, a Sra. Jacqueline Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - É nossa companheira do PSB inclusive. *(Palmas.)*

Pela ordem, passo a palavra à Deputada Cristina Almeida, para suas considerações finais. Faço um apelo pela brevidade, por causa do avançado da hora.

A SRA. CRISTINA ALMEIDA - É difícil, mas vamos lá.

Eu quero iniciar seguindo a ordem da metodologia sobre a qual vim fazer esta explanação aqui. Quero dizer ao Deputado Pedro Uczai e à Deputada Professora Marcivania que eu teria deixado para o final essa provocação, até porque eu trouxe algo por escrito. Tenho uma carta para entregar. Se o tempo fosse grande, eu a leria. Esta carta está aqui, é uma carta longa, feita pelo grupo que está trabalhando a Marcha das Mulheres Negras, contra o racismo e a violência, pelo bem viver como uma nova utopia. A carta diz:

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha. (...) Convocamos a sociedade brasileira para a construção deste novo pacto



civilizatório, para uma sociedade onde todas e todos possam viver plenamente a igualdade de direitos e oportunidades. (...)

Vocês veem que é uma carta muito longa.

Eu quero fazer um convite. Nos dias 6 a 9 de dezembro, em Goiânia, teremos o Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos, quando vamos marchar, já sinalizando que nós vamos resistir a qualquer retrocesso que o Presidente da República eleito no Brasil possa vir a fazer com as conquistas dos direitos das mulheres, em especial das mulheres negras.

Eu entrego ao Presidente em mãos esta carta.

Aproveito para fazer um registro da entrega. *(Pausa.)*

Quero dizer que temos alguns problemas. Continuo a responder ao Deputado Pedro Uczai. Seria importante que a Deputada Professora Marcivania estivesse aqui. Por quê? O que nós somos? Ninguém pode ser Vasco em um lugar e Flamengo em outro. Certo? Se somos, aqui no Congresso, contra Temer, contra Bolsonaro, dentro dos nossos Estados, temos que ser contra também. É inadmissível alguém vir aqui fazer um discurso de que a sociedade civil não se posiciona com relação ao Bolsonaro, que vai ainda assumir dia 1º de janeiro, mas nós estamos em alerta para isso, e na campanha se abraçar com o Governo que estava ali encampando a campanha do Bolsonaro. Quero deixar esse registro aqui.

Quero aproveitar este momento e dar ao Deputado Damião Feliciano uma resposta muito direta à pergunta que nos coube, que é como poder fazer realmente esta mudança na questão da violência doméstica. Veja só: temos dados suficientes para mostrar, comprovar que é a educação... E o meu pedido é que possamos fazer da Lei Maria da Penha a primeira lei, a melhor do mundo, e não a terceira. Que ela se equipare à lei espanhola! Que seja trazida para este Congresso a lei espanhola para ser analisada, pois ela leva para dentro do ensino fundamental até o ensino médio a questão do debate da violência doméstica. Iríamos desconstruir isso na base, e não quando a violência já está sendo criada.

Estão aqui os itens, de acordo com dados estatísticos. Por que existe violência? Em 63% dos casos, por ciúme — está aí o machismo. Então, o que leva à violência doméstica em primeiro lugar é o machismo. Depois, em segundo, com a metade, com 31%, está o dinheiro. É a dependência financeira, embora isso não seja suficiente. Depois, 18%, a



relação familiar; 16%, a recusa de fazer sexo — aí vem o estupro —; 16% a desobediência da mulher, que é quando a mulher não quer simplesmente ser o robô do homem. O homem não é o proprietário da mulher. Então, se somarmos alguns desses itens, nós vamos ver que o reflexo é na desconstrução do machismo.

Preciso responder mais algumas coisas. Nós tivemos aqui a pauta do racismo institucional, o que nos preocupou muito. O Deputado Bacelar fez um esclarecimento. Vejam só. Ele diz que não faz o feriado porque o movimento negro da Bahia não quer. Eu quero parabenizar, mas que todos os pedidos do movimento negro da Bahia fossem atendidos, não só o do feriado. É muito fácil, é muito cômodo dizer que o movimento negro pede uma coisa e todo mundo do Congresso atendeu. Quantos outros pedidos foram atendidos? É esse o meu questionamento aqui.

A questão da violência institucional já foi muito bem colocada. Sobre a questão do dinheiro, quando se falou aqui... Deputado Reginaldo Lopes, eu estou encantada, gostei muito da sua colocação, do seu trabalho. Há 2 anos, nós trouxemos nessa data do dia 20 um mapa da SEPIR mostrando como eram distribuídas as emendas pelos Parlamentares. Por incrível que pareça, neste ano de 2018, pela primeira vez na história desta Câmara, uma mulher colocou uma emenda para demarcação, uma Parlamentar Federal, 1 milhão de reais.

Então, que possamos analisar cada um para onde são destinadas as emendas. A SEPIR tem por partidos todas as emendas, quais os partidos que mais destinam emendas para essa questão. Este mapa nos traz um olhar de que não há essa preocupação aqui dentro quando as emendas individuais de cada Parlamentar não são destinadas na sua maioria, na sua totalidade — é importante frisar isso — para o enfrentamento ao racismo no Brasil. Então, são essas as minhas colocações.

Para encerrar mesmo, preocupa-me muito — falei na minha explanação e gostaria de frisar novamente — quando utilizamos como exemplo um negro como vítima para mostrar, como foi dito aqui. A Deputada Alice citou o exemplo da Preta Gil. Será que foi só a Preta Gil famosa que cometeu racismo? Ela utiliza uma negra como forma de dizer: "olha aí, não somos somente nós que somos racistas". Os dois exemplos que citaram aqui. O Deputado Edmilson também citou o exemplo de um negro prendendo outro negro. Por que isso? Por que esses exemplos?



Deixo isso para a reflexão. Muito obrigado. Parabéns, Deputado Danilo Cabral! Conte com este mandato sempre.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Deputado Danilo, eu sou baiano como Alice, e Alice não citou Preta Gil como tendo praticado racismo.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - É verdade. Ela foi vítima do preconceito, na verdade.

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Bolsonaro praticou racismo contra Preta Gil. Esse caso é emblemático. Ela entrou com representação no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados contra ele e tomou outras medidas. Então, não foi ela quem praticou racismo. Foi Bolsonaro quem praticou contra ela.

A SRA. CRISTINA ALMEIDA - Peço a palavra aqui, Deputado. Eu gostaria de, aproveitando a explanação do ex-Deputado, de pedir que reconsidere a nossa fala, haja vista que houve uma interpretação diferenciada. Mas realmente esses fatos acontecem. Que eles não possam vir a acontecer dentro desta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Quero agradecer...

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT - PB) - Presidente, peço só para V.Exa. poder acelerar...

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - É isso que eu ia pedir. Como eu disse aqui, nós não temos a expectativa de, neste curto espaço de tempo, fazer considerações sobre tudo o que foi colocado, até pela riqueza daquilo que foi abordado aqui.

Eu queria fazer uma pactuação com a Mesa, para darmos 2 minutos a cada pessoa para que faça suas considerações finais, porque, como eu disse, nós temos compromisso daqui a 15 minutos aqui ao lado com a nova Comissão do Escola sem Partido.

Passo a palavra ao Sr. Victor Nunes Gonçalves, Subsecretário de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal.

O SR. VICTOR NUNES GONÇALVES - Eu quero primeiramente agradecer ao Deputado Danilo Cabral pela iniciativa e pelo convite.

Quero aproveitar para registrar aqui a presença de militantes do movimento negro, não só do Distrito Federal, mas de alguns locais do Brasil, pessoas que são referência



para nós. Temos aqui o Pablo Amorim, o Francisco Amado, a Vânia Gervásio, o Rui dos Santos, o Sionei Leão, que está atualmente na SEPPIR, o Luciano Cabalini, pessoas que fazem uma luta em prol da população negra, Deputado, e que realmente têm um trabalho exitoso e significativo para nós.

Quero agradecer também à sua assessoria pelo trabalho e por nos ajudar a construir esta audiência, a toda a equipe técnica que viabilizou a realização da audiência, à equipe que trouxe água, café, enfim, a todos os que nos apoiaram e estiveram aqui para garantir que tivéssemos sucesso.

Eu acho que é importante fazer o registro tentando trazer um apurado de tudo que foi questionado. A Deputada Cristina Almeida faz uma colocação importante. O Prof. Kabengele Munanga fala que o nosso racismo brasileiro é um crime perfeito, porque normalmente a vítima termina sendo culpada. Então é importante que os Parlamentares, quando quiserem trazer exemplos de casos de racismo, façam um diálogo com o movimento negro mais amplificado, percebendo o que efetivamente nos impacta. E o que nos impacta de verdade é o racismo institucional. Isso, para nós, pesa muito, tanto na implementação da política, quanto no retorno de que nós precisamos na ponta.

Só para finalizar, eu acho que é fundamental que façamos uma reflexão com relação à política que foi implementada no nosso País durante muitos anos, e, se formos olhar os dados, a transformação de nossa realidade não foi significativa. Então, nós tivemos uma política desenvolvimentista que não teve como alicerce o combate ao racismo. Pensar o racismo e a diversidade cultural, étnica e socioeconômica do nosso País é fundamental para nós fazermos um trabalho com um olhar sobre essas políticas universais. Pensar uma política universal, como bem trouxe a Valneide, desassociando-a da política direcionada ao que nós temos de realidade sociocultural e étnica no nosso País não efetiva uma transformação, e os dados estão aí para provar essa realidade.

Então eu agradeço mais uma vez e me coloco à disposição para contribuir sempre com este debate.

Um abraço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Obrigado, Victor.

Passo a palavra agora para o José Antônio Rufino, Secretário de Promoção da Igualdade Racial.



O SR. JOSÉ ANTÔNIO RUFINO - Quando eu fiz a referência da representação na Mesa, eu gostaria de enegrecer mais um pouco, não foi na questão de que os brancos não são aliados, eu não seria bobo, até porque eu fui educado por brancos. E a escola em que eu estudei é, ideologicamente, eurocêntrica, e todos os autores que eu estudei para poder trazer para esta Mesa eram todos eurocêntricos, porque na turma do mestrado eu não vi um brasileiro na minha dissertação, até porque a minha dissertação foi totalmente europeia; mas a questão é a provocação para garantirmos o espaço, é só nesta questão.

Então, não estou dizendo que os brancos não são aliados, sim, há brancos aliados, sim, há negros racistas; mas esses negros que são racistas aprenderam com os brancos a serem racistas, vale ressaltar isso.

Rapidamente, para o Deputado Damião Feliciano, que está aqui, digo que nós temos um trabalho em Pernambuco, que eu consegui fazer com os meninos na comunidade do Sítio Novo, em Olinda, que é escrever as memórias deles, Deputado Feliciano, para os professores, e os professores trazerem esses textos nas formações étnico-raciais, porque sempre temos os textos dos professores e os textos cânones, e precisamos ter os textos da periferia, mostrando como esses alunos vivem e como eles se veem como pretos e periféricos.

Então, a partir desses textos contextualizados pelos próprios estudantes, que passam a ser protagonistas de suas histórias, eles levam temas para os professores nas formações étnico-raciais na Secretaria de Educação.

Para finalizar, falo da questão do aparelho ideológico. Eu gostaria de deixar aqui mais enegrecido que o aparelho ideológico do Estado é branco, porque o nosso hospital é branco, a nossa escola é branca e a nossa polícia é branca. Então, tudo o que rege o nosso Estado é branco.

Nós precisamos, sim, construir o projeto político do povo negro, reafirmo novamente.

Muito obrigado e me desculpem se provoquei, mas a intenção era de provocar mesmo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Agradecemos ao José Antônio.

Passo a palavra agora para a Maura Cristina, que representa o Fórum Nacional de Mulheres Negras do Brasil.



A SRA. MAURA CRISTINA DA SILVA - Boa tarde. Não dá tempo de mais nada, nós sabemos. Acho que estamos contemplados em todas as falas, sejam as da Mesa, sejam as do Plenário. Então eu só quero dizer: muito obrigada e saudações.

Vou responder ao Deputado Damião Feliciano, porque ele sentou aqui e está esperando. "*Como é que faz para não se ter preto em cargo de poder em Salvador?*" Eu respondo, Deputado Feliciano, lhe dizendo o que eu disse no início: a estrutura do País é racista, e aí Rufino acabou de dizer o que eu ia dizer: o poder financeiro de eleger alguém está na mão de quem? Do branco. Então, mesmo Salvador sendo uma cidade com 80% de pretos, quem domina a cidade é o branco, é o poder branco. Então nós teríamos que...

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT - PB) - Mas falta alguma coisa, professora, para que possam as leis... só esse argumento não...

A SRA. MAURA CRISTINA DA SILVA - Então nós vamos conversar noutra hora, vamos respeitar todo o mundo. Eu faço isso agora. Saio daqui, e nós vamos ver. Outros vão dar debate.

Eu queria muito que o Eric ficasse aqui, porque não acredito em classes. Não se resolve a questão de classes sem se resolver o racismo. E o racismo é estrutural.

Então, para não me alongar, foi uma manhã maravilhosa. Se estamos correndo, é porque o debate foi bom. E o debate é imenso. Nós não vamos dar conta, sem contar a carência com anos e anos de perversidade e desumanização do povo negro.

Não posso deixar de dizer do silêncio do povo nesta Mesa com a última eleição. Muitos de nós já morremos, somos números de guerra. Me digam aí o que há de novo nessa proposta. Ela simplesmente foi dita! E, agora, para nós povo preto, é melhor, agora nós sabemos quem são os algozes. Então, nós sabemos que vamos marchar em luta! Não vamos ficar em silêncio. (*Palmas.*)

Está aí. Está feito. Agora, nós vamos marchar porque, ancestralmente, desde os navios que atravessaram esse Atlântico, nós já lutamos. Não existe nada de novo para nós, não. Eia, povo negro! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Agradecemos também à Maura a participação.

Agora passo a palavra para a nossa companheira Valneide Nascimento, para as considerações finais.



A SRA. VALNEIDE NASCIMENTO DOS SANTOS - Eu quero agradecer a cada uma e cada um que ficou até agora conosco. Isto é o mais importante para nós: a permanência de vocês e dos Parlamentares que ficaram aqui. Apesar de haver 40 Parlamentares na Comissão, só ficaram 3 até o final.

E, para o nosso Deputado aqui, que me perguntou o que poderia nos unir, eu digo que acredito que seja a educação. É a educação que vai nos unir, principalmente no seu mandato e no mandato do nosso Danilo Cabral, se nós conseguirmos reconduzi-lo à Presidência desta Comissão, porque ele muito nos representa e muito nos orgulha. Ele tem feito a diferença para nós, em termos do Brasil, fazendo o diagnóstico, fazendo as mulheres terem voz, a negritude ter voz nesta Casa.

Eu também deixo um pedido para vocês, Parlamentares aqui presentes e os demais: que pensem uma forma de conduzir, de dar atendimento, na recepção, ao povo que chega a esta Casa.

Deputado Danilo, quando nós chegamos aqui, as pessoas não sabem a forma de entrar e, muitas vezes, são destratadas, têm suas bolsas verificadas. Enfim, eu queria que vocês nos ajudassem a pensar uma forma de colocar uma pessoa mais humanizada ali na frente, que saiba falar com o povo negro (*palmas*), com o indígena, com o quilombola. Os policiais, que foram aqui preparados para falar com as pessoas que chegam, não estão preparados para falar com o povo negro, não estão preparados para uma população que é a maioria.

Deputado, o senhor está aqui na Comissão de Educação. E, como é a educação que transforma e educa, nós deixamos aqui um pedido em nome do Instituto Nacional Afro Origem, para que o senhor pense conosco uma forma de trabalhar o atendimento a quem chega a esta Casa.

Muito obrigada a todos e a todas. Uma boa tarde para todos e todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Agradeço aos senhores palestrantes pela contribuição.

Já começou a Ordem do Dia, como estamos sendo avisados. Isso vai levar à suspensão dos trabalhos da própria Comissão Especial que está tratando do Escola sem Partido.

Antes de encerrar os trabalhos, agradeço a presença de todos e convido para a reunião de audiência pública que debaterá os referenciais da educação superior a



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 59

CE (Reunião, Audiência Pública)

21/11/2018

distância, conforme o Requerimento nº 479, de 2018, do Deputado Celso Jacob, a realizar-se amanhã, dia 22 de novembro, às 9h30min, neste plenário.

Está encerrada a presente reunião.